



ELQ



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

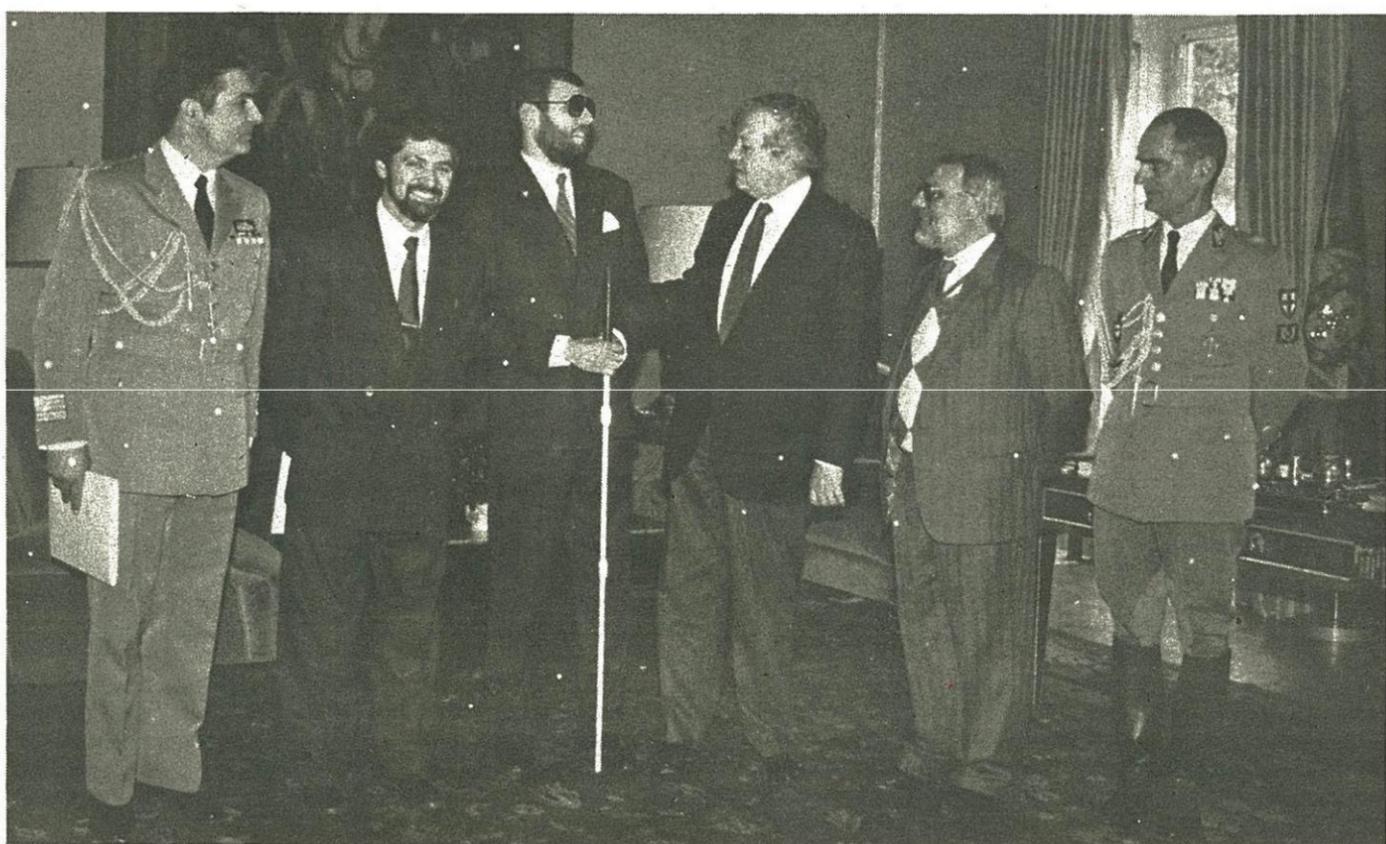
Ano XV - N.º 173

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Janeiro — 1989 — 30\$00



III Congresso reafirma ADFA como instituição inequivocamente social



**A Nação, represen-
tada ao mais alto ní-
vel — Chefia de Es-
tado, Assembleia
da República, Go-
verno, Forças Arma-
das e Poder Local —**

**reconhece o trabalho
dos 15 anos da Associa-
ção dos Deficientes das
Forças Armadas no esfor-
ço pela integração das
pessoas deficientes.**



Sede nacional ganha apolos decisivos



Tudo sobre o III Congresso em caderno separável — 8 páginas

Agenda



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Culminando uma série de contactos com a Casa Militar da Presidência da República, com vista à presença do Chefe de Estado na Sessão de Abertura do III Congresso, uma delegação da ADFA, composta pelos elementos da DC, José Arruda, Armando Alves e Patuleia Mendes, foi recebida em audiência pelo dr. Mário Soares, no dia 6 de Janeiro, para apresentação formal do respectivo convite, o qual foi aceite de forma calorosamente humana.

Durante a conversa que então se travou, o Presidente da República, que se encontrava acompanhado pelo general Carlos Azevedo e coronel Monge, ouviu interessado as informações e esclarecimentos que lhe foram prestados, nomeadamente sobre questão das lacunas legislativas ainda existentes, estando a ADFA, como membro da FMAC, e baseada num estudo de Direito comparado, a preparar nova propostas com vista a serem ultrapassadas situações de injustiça, o que aliás já foi conseguido em alguns casos, dado o reconhecido empenhamento do actual Secretário de Estado da

Defesa Nacional, com o qual se mantêm as melhores relações, fruto talvez da estadia conjunta em Bad Ischl, Áustria, aquando da Conferência Internacional sobre Legislação, e da experiência pessoal então vivida pelo dr. Santos Ramos, ao ser integrado num dos grupos de trabalho e participando, portanto, activamente nos acontecimentos. Daí terão, em parte, resultado, por um lado, a criação de um serviço específico para os deficientes, no âmbito da nova Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, e que facilitará os contactos e diligências a efectuar (hoje obrigados a uma série «escalar» de etapas e intermediários), e por outro, a consagração do princípio de «doença agravada em serviço», na recente Lei do Serviço Militar (Nota: ver secção «Diário da República».)

No aspecto de relações internacionais, o dr. Mário Soares foi não só informado (através do próprio Delegado, Armando Alves), da nossa recente estada em Manila, (onde, aliás dentro de uma linha seguida pela própria Presidência da República no campo diplomático, foi apresentada à Assembleia Geral da FMAC, integrada por mais de 50 países

de todos os continentes, uma moção chamando a atenção para o que se está a passar em Timor-Leste e para a flagrante violação dos direitos humanos (que aí se verifica), como também do propósito da ADFA em levar a cabo, ainda este ano, uma conferência com organi-

zações congêneres dos países africanos de língua oficial portuguesa, projecto esse que obteve imediato apoio e garantia de empenho pessoal por parte do Presidente da República.

Sobre a integração na CEE, a delegação da ADFA salientou a sua importância pela extrema sensibilidade que a Comunidade tem mostrado no campo próprio das «pessoas com deficiência», declarando ainda que os deficientes portugueses pretendem ser cidadãos plenos da Europa, isto é, participando e não sendo meros agentes passivos.

Ao fazer-se um resumo histórico da Associação, foi referida, e assumida, toda a problemática evolutiva da mesma, dentro de um paralelo quadro nacional, tendo o dr. Mário Soares manifestado a sua perplexidade perante o facto de haver quem ainda esteja contranós, agarrando-se a factos passados e ultrapassados. Aliás, o Presidente da República afirmar-se-ia bastante interessado em toda a questão respeitante a deficientes, realçando, no entanto, a particularidade dos das Forças Armadas, a quem a Nação tanto pediu e a quem eles tanto deram.

além da confirmação da presença do vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa na Sessão de Encerramento do III Congresso, a que presidirá, assim como da do próprio

Secretário de Estado, que estará também na abertura, vários outros assuntos foram abordados, nomeadamente os que dizem respeito à Sede, ao serviço para DFA do MDN, a entrar em funcionamento em breve e à aplicação do conceito de «doença agravada em serviço», consignada na Lei do Serviço Militar.

Particularmente importante foi a troca de impressões sobre o aproveitamento integral do Lar Militar, para o que foram tidas em consideração as propostas e intenções da ADFA, oportunamente apresentadas (ver ELO/JAN88, notícia encontro Presidente CVP e DC), sendo reconhecido o direito total dos DFA aos seus serviços.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Conforme já anunciado neste local, em DEZ último, uma delegação da DC (sócios José Arruda e Armando Alves), foi recebida, no dia 21 de Dezembro p.p., pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o qual, demonstrando o seu total empenhamento na resolução da questão da Sede nacional, se encontrava rodeado de todo o pessoal técnico implicado, desde a Vereadora Ana Sara Brito, à assessora Rosa Maria Sampaio, passando pelos dr. Ilídio Dinis e eng.º Quadrado, dos Serviços de Urbanização e arq. Tudela, responsável pela área do Lumiar.

Informada a delegação de que se havia levantado uma questão técnica à cedência do terreno previsto, imediatamente se iniciaram as diligências necessárias à mesma ser ultrapassada o mais breve possível, tendo, no fim da audiência, todo o grupo, incluindo os membros da DC, seguido para a zona de construção, a fim de, «in loco», apreciarem a situação.

De facto, e pelo ofício n.º 46/7.ºU de 13.01.89, da CML (DSU/7.º Rep.), entregue pessoalmente pelo eng.º Nuno Abecassis, na recepção desse mesmo dia às delegações da ADFA (ver III Congresso), no Salão Nobre dos Paços do Concelho, lê-se «... ter aprovado a nova localização do terre-

no destinado a sede dessa Associação, que se situa junto ao gaveto formado pelas Avenidas Padre Cruz e Rainha D. Amélia».

Impossibilitada a cedência do terreno considerado nos ELO de Julho e Outubro, aparece agora este outro, na mesma zona, talvez ainda com acessos mais fáceis, e beneficiando, na mesma, de todas as estruturas já implantadas na área, nomeadamente Lar Militar, para o usufruto do qual, pelos deficientes militares, o próprio Presidente da Câmara prometeu ir empenhar-se.



ADFA
AOS MICROFONES

Rádio Clube de Loures

Conforme já anunciado no último ELO, o nosso Director esteve no Rádio Clube de Loures no dia 20 de Dezembro passado, no derradeiro programa de Jacinto Moita e Natália Moita, sobre «reabilitação e integração da pessoa deficiente».

Para se aferir do interesse que esta emissão teve, basta referir que foram duas horas em directo, com chamadas de ouvintes, tendo ainda ficado a promessa de que se esta estação voltar a estar no ar, ao abrigo da distribuição de frequências que agora está a ser feita, será a ADFA a reabrir este espaço «Noite de Estrelas».



Rádio
Comercial

«Segurança Social»

Também o programa «Segurança Social», da responsabilidade da APSS, na «24.ª Hora» da Rádio Comercial, tem dedicado bastante espaço à Associação, tendo, em 12 de Janeiro sido entrevistado José Arruda, por Jorge Barros e em 17 do mesmo mês Patuleia Mendes, por Pereira Coelho.

RR

Rádio Renascença

O Presidente da DC fez-se ouvir, ainda, no dia 13 p.p., na Rádio Renascença, sobre a ADFA e o III Congresso, na parte da manhã, assim como compareceria no «Programa da Manhã» no dia 16, também p.p., sendo entrevistado por João Paulo Diniz.



Novos Horizontes

Ter em atenção que no próximo dia 5 de Fevereiro o III Congresso vai estar em foco no programa «Novos Horizontes», hora do almoço, na RTP1.



PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

Dias 18 e 19 deste mês, a Comunicação Social, quer falada quer escrita, talvez com certo alarmo, referiu o Palácio da Independência como um «barril de pólvora», em termos de possibilidades de incêndio.

Sem querermos especular sobre o assunto, reconhecemos que as condições em que se encontram não são as melhores, necessitando, certamente com alguma urgência, de apreciáveis obras de limpeza e segurança. Mais uma razão para a, também urgente, resolução da questão da sede nacional e rápida mudança de instalações.

Um fogo com os deficientes que cá há...

DEFESA NACIONAL

Terminada a audiência em Belém, a delegação da DC, agora apenas integrada pelos sócios José

Arruda e Armando Alves, seguiu para o Ministério da Defesa Nacional, onde foi recebida pelo respectivo Secretário de Estado.

Neste encontro, para



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 36 21 67/8/9

Composto e impresso: Interpress Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 8500 exemplares

Redacção, secretariado, fotografia, revisão e maquetagem:

José Manuel Sande, Luísa Rodrigues, Armindo Roque e Abel Agostinho.

Colaboração eventual e correspondentes:

José Maia (Coimbra), Teixeira Gil (Évora), Pereira de Medeiros (Ponta Delgada), Abel Agostinho (Porto) e Figueiredo de Sá (Viseu).



Hoje vamos dar realce a dois Decretos-Lei, ambos do Ministério da Defesa Nacional, e que são referidos numa das «folhas» da Agenda, mesmo aqui ao lado. Trata-se do Decreto-Lei 46/88, de 11 de Fevereiro, também denominada «Lei Orgânica do M.D.N.», que diz nos seus

dor, até 30 dias antes da data marcada no edital convocatório, acompanhado de atestado médico passado ou confirmado pelo delegado ou subdelegado de saúde ou por quem legalmente os substitua.

admissão em carreira do Estado e após a conclusão de curso superior, de realizar curso, estágio, tirocínio ou profissionalização em serviço.

3 — Aos beneficiários das pensões referidas nos números anteriores são igualmente conferidos os demais direitos e regalias decorrentes da sua situação e estabelecidos em diplomas próprios.

Nota da Redacção

À Redacção do ELO têm chegado alguns comentários e críticas pelo facto de nos últimos números, talvez mais que anteriormente, se verificarem demasiados erros (e o demasiado já é apreciação nossa).

Sem querer escamotear responsabilidades, assumimos uma certa dificuldade na feitura do jornal, que vai desde carência de material técnico a falta de pessoal exclusivo e profissional, passando por alguma desorganização e também confusão.

Espera-se, no entanto, que a situação possa mudar em breve, visto estar em estudo um plano de reorganização dos serviços, para a qual, e chama-se para o facto a atenção de todos, será solicitada, com mais dinâmica, a colaboração e a participação dos serviços da sede, das Delegações, dos Corpos Sociais e dos sócios (e nesse sentido já, a publicação anterior de uma ficha modelo para o envio de notícias... sem qualquer resultado até agora!).

Artigo 10.º

Direcção-Geral de Pessoal e Infra-Estruturas

1 — A DGPIE é o órgão de estudo, coordenação e consulta nos domínios dos recursos humanos nacionais e das actividades relativas aos programas globais de infra-estruturas necessárias a defesa nacional.

2 — À DGPIE compete, designadamente:

c) *Estudar e propor a política de reabilitação dos deficientes das Forças Armadas;*

Artigo 11.º

Composição da Direcção-Geral de Pessoal e Infra-Estruturas

1 — A DGPIE integra o Gabinete de Recursos Humanos (GRH).

3 — Ao GRH cabem, designadamente, as atribuições referidas nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo anterior.

O outro Decreto-Lei é o 463/88, de 15 de Dezembro, o qual aprova o Regulamento da Lei do Serviço Militar, de que se transcrevem alguns dos mais importantes artigos, salientando-se o 78.º, que contempla a «doença contraída ou agravada no serviço militar efectivo ou por motivo da sua prestação», uma das propostas que a ADFA levou à «V Conferência Internacional sobre legislação relativa aos antigos combatentes e vítimas de guerra», realizada em Bad Ischl, Áustria, em Abril de 88, e onde também esteve presente o Secretário de Estado da Defesa Nacional:

Artigo 27.º

Inspecção domiciliária

1 — O portador de lesão ou doença inibidora de comparência às provas de classificação e selecção pode, directamente ou por carta registada com aviso de recepção, requerer para ser submetido a exame no domicílio.

2 — O requerimento a solicitar a dispensa de comparência às provas é dirigido ao CEME, através do DRM, recensea-

Adiamento por motivo de estudos

Artigo 42.º

Adiamento das provas de classificação e selecção

1 — Podem ser adiados das provas de classificação e selecção os cidadãos que se encontrem numa das seguintes condições:

a) Possuam habilitações para se candidatarem ao ensino superior até ao ano em que completam 20 anos de idade;

b) Estejam matriculados em estabelecimento de ensino superior ou equiparado, até completarem o penúltimo ano do curso e enquanto comprovarem capacidade de concluir sem exceder 20+N+1 anos de idade, em que N traduz o número de anos de duração do curso.

Artigo 44.º

Adiamento de incorporação

1 — Pode ser adiada a incorporação aos recrutas que estejam numa das seguintes condições:

a) Não tenham tido aproveitamento escolar durante a frequência do último ano do curso superior mas mantenham a possibilidade de o concluir sem exceder os 20+N+1 anos de idade;

b) Tenham concluído um curso ministrado em estabelecimento de ensino superior politécnico e pretendam matricular-se em estabelecimento de ensino superior que confira o grau de licenciatura ou o diploma de estudos superiores especializados, enquanto mantenham a possibilidade de concluir os respectivos cursos excederem os 20+N+1 de idade, sendo N a soma do número de anos de duração do primeiro curso com o número de anos necessário para completar o curso conducente à obtenção do grau de licenciatura ou do diploma de estudos superiores especializados;

c) Pretendam candidatar-se a curso de mestrado ou preparar especialização ou doutoramento, após conclusão de licenciatura, desde que para tal tenham as habilitações necessárias;

d) Necessitem, para

Artigo 51.º

Irmão incorporado

1 — O recruta a quem competir o cumprimento do serviço efectivo normal em simultâneo com irmão a incorporar ou já incorporado pode, mediante requerimento, ser adiado da incorporação até à data em que o irmão passe à situação de disponibilidade.

2 — O requerimento é dirigido ao CEME, através do DRM recenseador, no prazo de 30 dias após a afixação do edital de incorporação ou notificação convocatória.

Artigo 71.º

Contagem de tempo de serviço

1 — O tempo de serviço militar efectivo prestado por cidadãos que interrompam a sua actividade profissional é contado para efeitos de promoção e ainda de atribuição de fases aos educadores de infância e professores dos ensinos básicos e secundário, depois de retomarem aquelas actividades, e não prejudica outras regalias conferidas por lei, estatuto profissional ou resultantes de contrato de trabalho.

2 — O tempo do serviço militar efectivo é contado para efeitos de aposentação ou reforma.

Artigo 78.º

Pensões

Os cidadãos têm direito ao abono de uma pensão de reforma extraordinária ou de uma pensão de invalidez, a fixar nos termos dos diplomas que estabelecem e regulem a sua concessão, quando adquiriram incapacidade geral de ganho resultantes de alguma das ocorrências seguintes:

a) Acidente ocorrido no exercício da função pública;

b) Doença contraída ou agravada no serviço militar efectivo ou por motivo da sua prestação.

2 — As pessoas que, à data do óbito, estejam a cargo do cidadão falecido em consequência de alguma das ocorrências mencionadas no número anterior têm direito ao abono de uma pensão de preço de sangue a estabelecer segundo as disposições dos diplomas que regulam a sua concessão e pagamento.

Artigo 79.º

Acidentes durante as operações de recrutamento

Os acidentes sofridos pelos cidadãos durante as actividades físicas, provas ou estágios de natureza militar a que são submetidos no âmbito das operações de recrutamento militar são considerados como acidentes sofridos em serviço efectivo.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

• Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/88, de 10 de Dezembro, publicada no «Diário da República», I Série, n.º 284, de 10 de Dezembro de 1988.

Aprova o Programa Orientador de Reabilitação.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

• Decreto Lei n.º 451/88, de 13 de Dezembro, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 286, de 13 de Dezembro de 1988.

Dá nova redacção a alguns artigos do Decreto-Lei n.º 91/87, de 27 de Fevereiro (regulamenta a prestação do serviço cívico dos objectores de consciência).

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

• Decreto-Lei n.º 463/88, de 15 de Dezembro, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 288, de 15 de Dezembro de 1988.

Aprova o Regulamento da Lei do serviço militar.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• Portaria n.º 828/88, de 29 de Dezembro, publicada no «Diário da República», I Série, n.º 300, de 29 de Dezembro de 1988.

Considera habitações de custos controlados (habitações sociais). Revoga a Portaria n.º 580/83, de 17 de Maio.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Portaria n.º 831/88, de 29 de Dezembro, publicada no «Diário da República», I Série, n.º 300, de 29 de Dezembro de 1988.

Aprova novo boletim de identificação para a inscrição dos beneficiários nos regimes de Segurança Social.

ÚLTIMA HORA

Uma breve referência ao Decreto-Lei n.º 29/89, de 23 de Janeiro, do Ministério do Emprego e da Segurança Social que legisla que «...enquanto não forem adoptadas medidas em estudo, ..., considerou-se conveniente, para já, atribuir aos deficientes profundos, a receber abono complementar ou subsídio mensal vitalício, um subsídio compensatório dos encargos decorrentes da assistência permanente de terceira pessoa».

Aquisição de Viaturas

Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis das 16 às 18 horas.

Porto: primeiro sábado de cada mês.

Restantes Delegações: de acordo com os pedidos.

Delegação do Porto compra de viaturas «Renault»

Os sócios que pretendam adquirir viatura da marca «Renault» poderão contactar com o delegado de vendas da ADFA, sócio António Bernardes, no dia 4 de Fevereiro das 10 às 16 horas, nas instalações da Delegação, devendo no entanto telefonar antecipadamente para a mesma, através do número 82 97 44, para que seja feita a marcação de entrevista.

Venda de viaturas para deficientes

Documentação Necessária

Def. Cívico ao Abrigo do Decreto-Lei 235/D de 1 de Junho 83

1 — Atestado ou declaração de incapacidade passado pelo centro de Saúde da área da residência.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

3 — Fotocópia da carta de condução autenticada pelo Notário.

4 — Comprovação da liquidação do imposto complementar dos últimos 3 anos ou declaração passada pelas finanças como esteve isento.

Documentos Necessários para os Def. Forças Armadas ao Abrigo do Decreto-Lei 43/76 20 Janeiro

1 — Declaração de incapacidade passada pelo ramo das Forças Armadas a que pertence.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticados pelo Notário.

Automóveis Citroën

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
2 CV	663 426\$00	847 150\$00
AX 10 RE 3 PORTAS	813 987\$00	1 081 350\$00
AX 11 RE 3 PORTAS	815 655\$00	1 154 990\$00
AX 11 RE 5 PORTAS	862 664\$00	1 210 000\$00
AX 11 TRE 3 PORTAS	901 125\$00	1 254 999\$00
AX 11 TRE 5 PORTAS	952 408\$00	1 315 000\$00
AX SPORT 3 PORTAS	1 153 472\$00	1 650 000\$00
AX GT 3 PORTAS	1 122 056\$00	1 670 000\$00
AX TZS 3 PORTAS	972 484\$00	1 495 000\$00
AX 14 TRS 5 PORTAS	985 304\$00	1 510 000\$00
C 15 E FAMILIAR	991 079\$00	1 460 000\$00
C 15 E CARGA	1 003 794\$00	1 178 590\$00
BX 16 RS BREAK EVASION P1	1 516 698\$00	2 499 520\$00
BX 16 RS BREAK EVASION P2	1 642 390\$00	2 646 580\$00
BX 16 TRS PACKAGE 1	1 481 390\$00	2 458 210\$00
BX 16 TRS PACKAGE 2	1 541 595\$00	2 528 650\$00
BX 14 RE	1 301 544\$00	1 880 000\$00
BX 11	1 110 527\$00	1 500 000\$00
BX 19 GT 16 V	2 246 125\$00	4 950 000\$00
BX 19 TRD PACKAGE 1	1 570 452\$00	4 159 619\$00
BX 19 TRD PACKAGE 2	1 695 753\$00	4 306 221\$00
BX 19 TRD PACKAGE 3	1 871 837\$00	4 512 240\$00
BX TRD TURBO	1 703 670\$00	4 149 990\$00
BX TRD TURBO	1 797 807\$00	4 260 140\$00

A opção pela pintura metalizada, terá um adicional que varia entre os 12 000\$00 e os 52 000\$00, conforme o modelo.

Os sócios interessados em automóveis Citroën, podem pedir informações na Sede da ADFA, através do nosso Delegado de vendas Alberto Pinto, telefones 36 21 67 - 32 19 34 e após as 19 horas: 859 50 16.

IMPORTANTE: O tratamento do proc. para pessoas deficientes, é tratado pelo nosso Delegado de Vendas.

delegações • núcleos • delegações • núcleos • delegações • núcleos

PORTO**ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO****CONVOCATÓRIA**

A mesa da assembleia geral da Delegação do Porto convoca os sócios da Delegação nos termos do Art. 48.º dos Estatutos da ADFA, para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 11 de Fevereiro de 1989, com início marcado para as 14.30 horas, nas instalações da Delegação, sitas na Rua Pedro Hispano, 1105, Porto, e com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 — apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, relativamente a 1988:

Ponto 2 — apreciação e decisão sobre os factos e irregularidades cometidas pelo sócio Jorge Manuel Martins Pires;

Ponto 3 — apreciação e decisão sobre os factos e irregularidades cometidas pelo sócio Agostinho dos Antos Martins.

Porto, 16 de Janeiro de 1989.

O Presidente da M.A.G.D.
Henrique Tomás Magalhães Rodrigues

PONTA DELGADA**Visitas aos Núcleos do Pico e do Faial**

Uma comissão da Delegação, constituída pelo seu Secretário, Pereira de Medeiros e por José Maria Soares, deslocou-se em visita de trabalho ao Pico e ao Faial, nos dias 12 e 13 de Novembro, respectivamente.

A primeira das reuniões realizou-se na Câmara Municipal da Vila da Madalena e a ela assistiram cerca de 90% dos associados residentes na ilha, tendo a segunda decorrido no salão de festas da Associação Faialense dos Bombeiros Voluntários, tendo aqui comparecido a totalidade de sócios moradores.

Em ambas as ocasiões se trataram de assuntos relacionados com a ADFA, o III Congresso, os deficientes, os cartões ADME e DFA, tendo-se aproveitado para troca de impressões gerais.

Nas duas ilhas foi oferecido um almoço aos associados presentes, o que constituiu óptima oportunidade de convívio, visto que, residentes em localidades dispersas, poucas alturas têm de confraternizar e recordar momentos passados em conjunto.

UISEU**Horário da Delegação**

A partir de 1 de Janeiro, passou a ser o seguinte o horário dos serviços: dias úteis, das 9 às 12 e das 14 às 17.30; Sábados, das 9 às 12.30.

AUMENTO DE QUOTAS

Recorda-se aos sócios a deliberação da Assembleia Geral Nacional Extraordinária, de 16 de Abril de 1988, aumentando as quotas para 150\$00/mês.

**CANCRO — os dez conselhos da CEE**

Considerada como prioritária pela Comissão de Saúde da Comunidade Económica Europeia, a luta contra o cancro, foi estabelecido um vasto programa, envolvendo diversas acções de educação do público sobre a prevenção e diagnóstico.

Tentando, de algum modo, colaborar nesta campanha «EUROPA CONTRA O CANCRO», ELO divulga, chamando a atenção para a sua importância, os dez conselhos anti-cancro, preconizado no Código Europeu contra o Cancro.

Gerais

- 1.º — NÃO FUME!
- 2.º — MODERE o consumo de BEBIDAS ALCOÓLICAS!
- 3.º — Evite a EXPOSIÇÃO demorada ou excessiva ao SOL!
- 4.º — Observe as instruções de SEGURANÇA DE SAÚDE.
- 5.º — COMA frequente-

mente FRUTAS FRESCAS, VEGETAIS e CEREIAIS RICOS EM FIBRAS (vitaminas A e C cereais e legumes).

6.º — Evite o EXCESSO DE PESO (dieta equilibrada, exercício físico).

7.º — PROCURE um médico se encontrar qualquer TUMEFACÇÃO ou verificar qualquer mudança no aspecto e dimensão dum SINAL PIGMENTADO ou PERDA DE SANGUE (diagnóstico precoce).

8.º — Procure o médico se tiver PROBLEMAS PERSISTENTES!

Só para mulheres

9.º — De forma regular faça uma CITOLOGIA CERVICO-VAGINAL (exame ginecológico).

10.º — De forma regular procure obter uma OBSERVAÇÃO DOS SEIOS e, se possível, depois dos 50 anos faça uma mamografia periodicamente.

FARO
ASSEMBLEIA DE DELEGAÇÃO
CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Faro convoca os sócios nos termos do Art. 48.º dos Estatutos da A.D.F.A., para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 25 de Fevereiro de 1989, pelas 18.30 horas, nas suas instalações, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

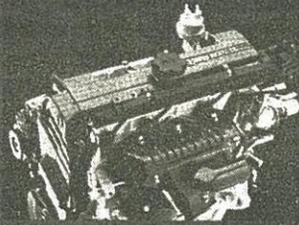
Ponto único — apreciação e votação do Relatório de Contas e Actividades da Direcção da Delegação e Parecer do Conselho Fiscal da Delegação, relativamente à gerência de 1988.

Faro, 19 de Janeiro de 1989.

O Presidente da M.A.G.D.
José António Pereira dos Santos Morte

RENAULT 19**Motorizações**

1237 c.c.,
55 cv DIN
1390 c.c.,
80 cv DIN (Energy)
1721 c.c.,
92 cv DIN
1870 c.c.,
65 cv DIN (Diesel)



Renault Portuguesa, S. A.
(Sucursal)

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E
1900 Lisboa
Telefs. 859 00 58

Renault 19 - Garantia Anti-Corrosão de 6 anos

TECNOLOGIA
MAIS QUE PERFEITA

A tecnologia é a alma de um automóvel. É aquilo que o distingue dos outros. Por isso, a tecnologia num automóvel é fundamental. Daí que, em todos os domínios, o Renault 19 apresente inovações tecnológicas das quais se salienta a concepção do motor Energy. Um motor da nova geração — mais fiável, mais potente, mais suave e com menor consumo. É assim a nova tecnologia Renault. Uma tecnologia mais que perfeita. Uma tecnologia de futuro.

RENAULT 19
O FUTURO MAIS QUE PERFEITO

**O FUTURO MAIS QUE PERFEITO**

delegações • núcleos • delegações • núcleos

PONTA DELGADA

Visitas aos Núcleos do Pico e do Faial

Uma comissão da Delegação, constituída pelo seu Secretário, Pereira de Medeiros e por José Maria Soares, deslocou-se em visita de trabalho ao Pico e ao Faial, nos dias 12 e 13 de Novembro, respectivamente.

A primeira das reuniões realizou-se na Câmara Municipal da Vila da Madalena e a ela assistiram cerca de 90% dos associados residentes na ilha, tendo a segunda decorrido no salão de festas da Associação Faialense dos Bombeiros Voluntários, tendo aqui comparecido a totalidade de sócios moradores.

Em ambas as ocasiões se trataram de assuntos relacionados com a ADFA, o III Congresso, os deficientes, os cartões ADME e DFA, tendo-se aproveitado para troca de impressões gerais.

Nas duas ilhas foi oferecido um almoço aos associados presentes, o que constituiu óptima oportunidade de convívio, visto que, residentes em localidades dispersas, poucas alturas têm de confraternizar e recordar momentos passados em conjunto.

UISEU

Horário da Delegação

A partir de 1 de Janeiro, passou a ser o seguinte o horário dos serviços: dias úteis, das 9 às 12 e das 14 às 17.30; Sábados, das 9 às 12.30.

FARO

ASSEMBLEIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A delegação de Faro convoca os sócios nos termos do Art. 48.º da Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 25 de Fevereiro de 1989, pelas seguintes Ordens de Trabalhos:

1.º - Relatório de Contas e Actividades da Direcção da Delegação e do Conselho, relativamente à gerência de 1988.

O Presidente da M.A.G.D.
José António Pereira dos Santos Morte

AUMENTO DE QUOTAS

Recorda-se aos sócios a deliberação da Assembleia Geral Nacional Extraordinária, de 16 de Abril de 1988, aumentando as quotas para 150\$00/mês.



CANCRO — os dez conselhos da CEE

Considerada como prioritária pela Comissão de Saúde da Comunidade Económica Europeia, a luta contra o cancro, foi estabelecido um vasto programa, envolvendo diversas acções de educação do público sobre a prevenção e diagnóstico.

Tentando, de algum modo, colaborar nesta campanha «EUROPA CONTRA O CANCRO», ELO divulga, chamando a atenção para a sua importância, os dez conselhos anti-cancro, preconizado no Código Europeu contra o Cancro.

Gerais

- 1.º — NÃO FUME!
- 2.º — MODERE o consumo de BEBIDAS ALCOÓLICAS!
- 3.º — Evite a EXPOSIÇÃO demorada ou excessiva ao SOL!
- 4.º — Observe as instruções de SEGURANÇA DE SAÚDE.
- 5.º — COMA frequente-

mente FRUTAS FRESCAS, VEGETAIS e CEREAIS RICOS EM FIBRAS (vitaminas A e C cereais e legumes).

6.º — Evite o EXCESSO DE PESO (dieta equilibrada, exercício físico).

7.º — PROCURE um médico se encontrar qualquer TUMEFACÇÃO ou verificar qualquer mudança no aspecto e dimensão dum SINAL PIGMENTADO ou PERDA DE SANGUE (diagnóstico precoce).

8.º — Procure o médico se tiver PROBLEMAS PERSISTENTES!

Só para mulheres

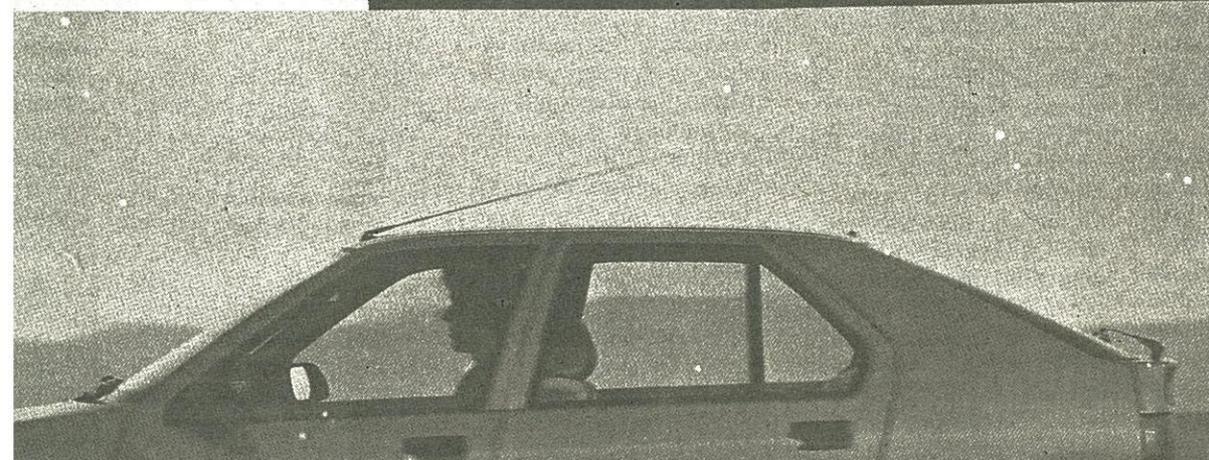
9.º — De forma regular faça uma CITOLOGIA CERVICO-VAGINAL (exame ginecológico).

10.º — De forma regular procure obter uma OBSERVAÇÃO DOS SEIOS e, se possível, depois dos 50 anos faça uma mamografia periodicamente.

LT 19

TECNOLOGIA MAIS QUE PERFEITA

A tecnologia é a alma de um automóvel. É aquilo que o distingue dos outros. Por isso, a tecnologia num automóvel é fundamental. Daí que, em todos os domínios, o Renault 19 apresente inovações tecnológicas das quais se salienta a concepção do motor Energy. Um motor da nova geração — mais fiável, mais potente, mais suave e com menor consumo. É assim a nova



PLANO NACIONAL DE REABILITAÇÃO — 5

Prosseguindo a exposição/análise do PNR entramos hoje no seu segundo «objectivo intermédio», — «Integração sócio-educativa», —, depois de termos terminado o primeiro que era, recordemos, — «Prevenção, detecção e diagnóstico da deficiência e reabilitação médica» —, subdividindo-se neste novo código nos seguintes programas:

2.1 — «Detecção, diagnóstico e encaminhamento de crianças que apresentem perturbações do desenvolvimento e necessitam de cuidados especiais de educação»;

2.2 — «Intervenção educativa precoce dos 0 aos 6/7 anos»;

2.3 — «Cumprimento da escolaridade obrigatória por parte de crianças e jovens com deficiência nos estabelecimentos regulares de ensino (6 a 15/18 anos)»;

2.4 — «Cumprimento da escolaridade obrigatória por parte das crianças e jovens que não frequentam os estabelecimentos regulares de ensino (6 a 15/18 anos)»;

2.5 — «Condições de acesso e de sucesso das pessoas com deficiência aos diferentes níveis e graus do sistema educativo, incluindo a educação permanente»;

2.6 — «Transição para a vida activa dos jovens com deficiência»;

2.7 — «Formação geral e formação específica de docentes»;

2.8 — «Reforço dos recursos humanos e materiais afectos à educação especial» e

2.9 — «Gestão coordenada das acções de educação especial no âmbito do sistema educativo».

Quanto ao primeiro programa, verificando-se que «a detecção, diagnóstico e encaminhamento das crianças que apresentem perturbações do desenvolvimento implica que seja adoptada uma perspectiva pluridisciplinar para a avaliação das situações e que seja assegurada a devida articulação entre os diferentes recursos/serviços da saúde, educação e segurança social, de forma a obter uma acção conjugada e coerente», assim como «não se encontram definidos, até à data, circuitos intra e inter-serviços que possibilitem essa acção conjugada, pelo que se nota carência, sobreposição e descoordenação de intervenções neste domínio», sendo «esta situação geradora de consequências nefastas para a criança e sua família, nomeadamente porque acarreta a não detecção em tempo oportuno de muitos casos, do que decorre a realização de diagnósticos tardios e/ou parcelares, notando-se mesmo a inexistência ou incorrecto encaminhamento de muitas situações», para além de ser «consequência relevante deste facto a desresponsabilização que se verifica pelo atendimento da criança numa perspectiva global do seu desenvolvimento», tem-se como mudança previsível e necessária, «a implantação dum sistema para detecção, diagnóstico e encaminhamento, o qual permitirá que a actuação se processe, em tempo útil; a nível local, recorrendo a serviços diferenciados, sempre que necessário; com participação, implicação directa e coordenação dos serviços responsáveis (saúde, educação e segurança social); com o envolvimento activo da família; com o conhecimento do contexto global da criança, inserida na família, na escola (quando for esse o caso) e no meio social envolvente e de acordo com os princípios de recuperação e integração sócio-educativos das crianças com necessidades específicas».

Para se atingirem tais objectivos, com começo já este ano, haverá que proceder à, —2.1.1—, «criação, a nível conceitual, de equipas multiprofissionais responsáveis por: — centralizar o registo de casos; — promover a observação interdisciplinar dos casos sinalizados; — realizar a avaliação global da situação da criança; — elaborar, em colaboração com a família, um Plano Educativo Individual; — proceder à revisão periódica e regular das situações (SNR/MS, MF e SESS)».



à, —2.1.2—, «criação, a nível regional, de estruturas diferenciadas para diagnóstico, tratamento e intervenção precoce junto de crianças com problemas complexos de desenvolvimento» (MS/ME, SESS e Inst.); à, —2.1.3—, «fixação de circuitos que assegurem a comunicação e informação dos recursos existentes para as diferentes situações, junto dos técnicos e do público em geral» (SNR/ARS, CRSS, DRE, Autarquias e Inst.).

Quanto ao programa 2.2, — «Intervenção educativa precoce dos 0 aos 6/7 anos», continuando a verificar-se que «a inexistência de circuitos de comunicação entre os serviços de saúde e educação tem impedido que uma vez detectada e diagnosticada a situação de risco ou de deficiência sejam imediatamente iniciadas

as acções de apoio técnico à criança e à sua família», muito embora, ainda que com uma dimensão muito reduzida, se tenham «vin-do a desenvolver alguns programas de intervenção educativa precoce, por iniciativa de CRSS, de equipas de Ensino Especial e de instituições não lucrativas de Educação Especial», torna-se necessária «a criação de condições que facilitem:

— o apoio no domicílio à criança e sua família;

— a aplicação de programas de estimulação tendo em vista o desenvolvimento equilibrado da criança;

— a redução das dificuldades resultantes da deficiência, prevenindo o aparecimento de efeitos secundários e

— a integração familiar e social da criança», pelo que se planearam as seguintes acções:

2.2.1 — «desenvolvimento de serviços itinerantes para apoio técnico precoce a crianças «em risco» ou portadoras de deficiência, com o objectivo de:

— apoiar a família prevenindo situações de risco;

— desenvolver programas de estimulação precoce;

— envolver a família na aplicação e treino dos programas individuais;

— estabelecer ligação com os serviços de apoio à integração escolar existentes localmente e

— manter a criança integrada no seu meio habitual de vida (ME, SESS, Inst./MS, Autarq.);»

2.2.2 — «promover a integração da criança nos jardins de infância existentes na comunidade com os apoios dos serviços especializados (ME, SESS/Autarq., Inst.);»

2.2.3 — «garantir a atribuição de ajudas técnicas e de dispositivos de compensação adequados à situação da criança (MS, SESS/ME) e

2.2.4 — «organização de cursos de formação específica em intervenção educativa precoce para profissionais que desempenham funções nesta área (ME, SESS/MS, Inst.).»

No que respeita ao programa 2.3, — Cumprimento da escolaridade obrigatória por parte de crianças e jovens com deficiência nos estabelecimentos regulares de ensino (6 a 15/18 anos)», encontramos uma «situação que contraria os pressupostos do ensino básico/universal, obrigatório e gratuito», já que «o número de crianças e jovens atendidos pelo conjunto de todos os recursos de educação especial representa apenas 1,5% da população escolar que frequenta o ensino básico», assim como «as crianças com deficiência podem

ser isentas da frequência escolar através de um mero atestado médico, sem que os sistema de ensino assegure alternativas educativas», pelo que urge «garantir, às crianças e jovens com deficiência, um processo educativo integrado, adaptado às suas capacidades e realizado no meio o menos restrictivo possível».

Assim, propõe-se:

2.3.1 — «revisão da legislação no que se refere às disposições de isenção da escolaridade obrigatória (ME)»;

2.3.2 — «revisão da legislação relativa às condições de integração nos três ciclos do ensino básico (ME)»;

2.3.3 — «organização, no âmbito dos estabelecimentos regulares de ensino, de modalidades diversificadas de educação especial, através, por exemplo, de apoio itinerante, sala de apoio e sala de apoio permanente com programas alternativos (ME)»;

2.3.4 — «melhoria das condições de funcionamento dos serviços de educação especial/equipas de ensino especial (ME)»;

2.3.5 — «adaptação de currículos e de programas de acordo com as características de cada tipo de grau de deficiência (ME)»;

2.3.6 — «elaboração de currículos e de programas alternativos para alunos cuja gravidade da deficiência o exija (ME/SESS, Inst.);»

2.3.7 — «garantia da existência do Plano Educativo para alunos com necessidades educativas específicas e para os quais sejam previstas adaptações ou alterações curriculares (ME/MS, SESS);»

2.3.8 — «adequação das formas de avaliação às adaptações de currículos e de programas inscritos nos Planos Educativos Individuais (ME)»;

2.3.9 — «produção e atribuição de material pedagógico e de ajudas técnicas adaptadas às características dos alunos, designadamente os que constituem meios alternativos de comunicação (ME)»;

2.3.10 — «reforço dos apoios sócio educativos que facilitem a frequência dos estabelecimentos de ensino por parte dos alunos com deficiência, nomeadamente em transporte e alimentação (ME/Autarq.)» e

2.3.11 — «eliminação de barreiras arquitectónicas nos estabelecimentos de ensino (ME/Autarq.).»

E antes de interrompermos até Fevereiro, uma chamada de atenção para o artigo «Deficiência na Assembleia da República», também publicado neste número do ELU.

DEFICIÊNCIA NA A. R.

Em 5 deste mês de Janeiro de 1989, a Assembleia da República viveu um dos seus raros momentos de consenso e unanimidade. Discutia-se, melhor, falava-se sobre os dois projectos de legislação no campo da deficiência: a proposta de «Lei de Bases da Reabilitação», apresentada pelo Governo e o projecto «Carta dos Direitos do Cidadão Deficiente», da autoria do Partido Comunista Português.

Embora de cariz um tanto diferente, mais completo e pormenorizado o primeiro, ficando-se mais por bases gerais o segundo, ambos os documentos são convergentes no sentido da consagração legal dos direitos dos deficientes.

Apresentado o texto governamental pelo Ministro do Emprego e Segurança Social, este diria que a política de reabilitação deve, por um lado, decorrer de uma concepção da pessoa deficiente entendida quer individualmente quer socialmente, e por outro, assumir-se como um todo global. Silva Peneda salientou a necessidade de uma muito estreita colaboração entre as diversas instituições particulares existentes neste campo e os organismos oficiais, na procura de verdadeiras soluções para os problemas do sector, tendo anunciado para este ano uma série de medidas concretas em várias áreas, nomeadamente na do emprego protegido e na da formação profissional.

O projecto comunista, desenvolvido pelo deputado Manuel Filipe, havia sido projecto de uma conferência de imprensa, na véspera, onde foi salientada a necessidade de garantir os direitos dos deficientes principalmente nos sectores da prevenção, da reabilitação e da integração profissional, assim como se frisou que incumbe ao Estado o apoio suficiente às associações de forma a que não tenham que subsistir à custa de peditórios e de caridade pública.

Declarando que Portugal é o país da Europa com maior número de sinistrados no trabalho, não tendo ainda ratificado as convenções da OIT, revelaram os deputados comunistas a sua intenção de propor, em breve, a actualização da tabela nacional de incapacidades, que é já dos anos 50 e se encontra ultrapassada.

Os dois documentos foram aprovados na generalidade, baixando agora à respectiva Comissão para discussão na especialidade, esperando-se que seja possível a elaboração de um diploma comum, consagrando todas as contribuições e propostas positivas da Assembleia.

Ao debate assistiu, na galeria do público, um campeão e recordista mundial, o deficiente Luís Coroa, o qual, apresentado pelo deputado atrás citado, seu professor do ensino especial, foi alvo de calorosa salva de palmas por parte de todo o hemiciclo.

Esperemos agora que a Comissão Parlamentar, sem que se lhe peça qualquer novo máximo mundial, seja o mais rápida possível na apreciação das propostas apresentadas, para que os deficientes possam retribuir os aplausos...

Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault 5 Campus	827 378\$00	1 098 019\$00
Renault 5 SL	864 945\$00	1 205 340\$00
Renault 5 TL 3 Portas	909 555\$00	1 257 534\$00
Renault 5 TL 5 Portas	957 555\$00	1 313 694\$00
Renault 5 GTR 3 Portas	968 497\$00	1 389 886\$00
Renault 5 GTR 5 Portas	1 016 497\$00	1 446 046\$00
Renault 5 GTX 3 Portas	1 144 781\$00	1 728 939\$00
Renault 5 GTD	1 282 043\$00	2 232 352\$00
Renault 19 TR 3 Portas	1 085 750\$00	1 527 072\$00
Renault 19 TR 5 Portas	1 143 700\$00	1 594 874\$00
Renault 19 GTS 3 Portas	1 166 230\$00	1 748 015\$00
Renault 19 GTS 5 Portas	1 223 400\$00	1 814 904\$00
Renault 19 TSE 5 Portas	1 377 200\$00	1 994 850\$00
Renault 19 GTD 5 Portas	1 457 250\$00	3 984 962\$00
Renault 21 GTL	1 453 380\$00	2 090 000\$00
Renault 21 GTD	1 700 135\$00	6 106 973\$00
Renault 21 TDX	2 017 439\$00	6 478 219\$00
Renault 25 TDX	2 970 244\$00	7 593 000\$00
Renault Nevada TDX 5L	2 113 162\$00	6 580 215\$00
Renault Nevada TDX 7L	2 187 614\$00	6 677 323\$00
Renault Express 5L	1 157 542\$00	1 547 678\$00

Valor da transferência: 3 900\$00. Todas as versões se apresentam com opção de pintura metalizada.

Renault 19 Automático a partir de Fevereiro de 1989. Todos os sócios interessados nas viaturas da gama RENAULT podem pedir informações na sede ou nas nossas Delegações.

Colóquio



da Imprensa Militar

(Continuação)

Não tendo sido recebido ainda o «Relatório Final» do V Colóquio da Imprensa Militar que, como relatado em Dez. 88, decorreu de 13 a 15 daquele mês, para além de terminarmos a transcrição do improvisado do nosso Director, «em boa hora gravado pela nossa reportagem» (e não agravado, como por gralha saiu...), faremos breve referência a dois pontos das «Conclusões e Recomendações/Sugestões» provisórias que nos foram enviadas. Assim, em «Sumário das actividades», «registre-se a presença, pela primeira vez, de ELO, da Associação dos Deficientes das Forças Armadas e de... cujas colaborações se revelaram muito interessantes» e em «Conclusões» da 2.ª Sessão de Trabalhos, «A Imprensa Militar deve divulgar mais e melhor a problemática dos deficientes das Forças Armadas, designadamente a forma como reagiram à adversi-

dade e fizeram a sua reinserção na sociedade e no trabalho.

Esta acção de divulgação deve ser feita numa perspectiva de homenagem ao mérito, nunca com finalidade caritativa».

E fiquemos agora, e então, com Patuleia Mendes, a sua intervenção e as suas respostas a algumas perguntas.

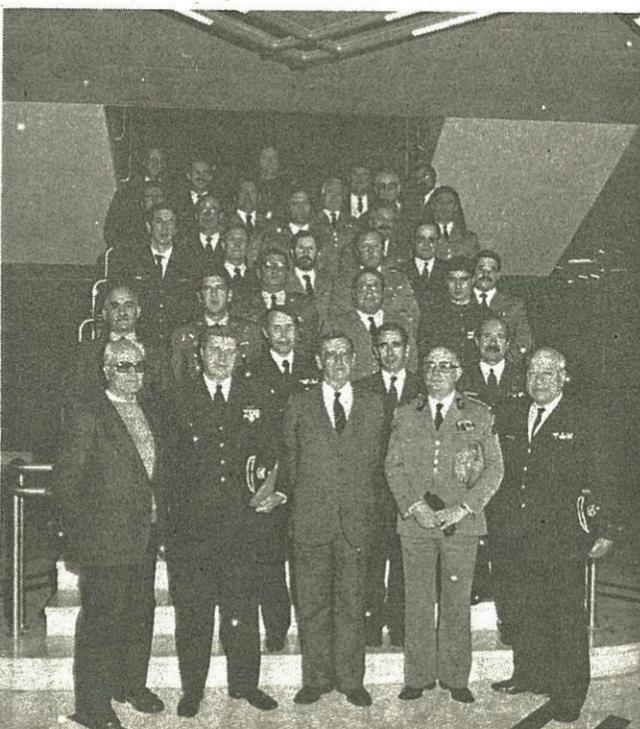
Há até casos conhecidos de grande reabilitação e reintegração de militares que se deficientaram nos territórios ultramarinos e que hoje são pessoas reconhecidas dentro da própria instituição militar pelas actividades que têm. Poderia frisar casos muito conhecidos como o do Sr. Capitão Neves actualmente a dirigir a secção de Relações Públicas do Regimento de Comandos da Amadora e o do Sr. Major Silvério grande animador da parte social dos reclusos do Presídio de Santarém.

A nível da nossa Associação, pensamos, sendo eles sócios, que a maneira como recuperaram e se integraram nas próprias Forças Armadas, podia ser um factor de extrema importância a divulgar junto dos militares pelas próprias revistas militares que a eles se dirigem, porque a instituição provoca, de um modo geral, deficientes de grande porte, pois o serviço militar é um serviço de alto risco. Não podemos pôr uma pedra no período da vida portuguesa que terminou em 1975, com o regresso dos últimos militares das ex-colónias, por ter terminado uma dinâmica de guerra. A dinâmica de paz continua, no entanto, a produzir deficientes, muitas vezes com grande grau de incapacidade. Isto é um sistema contínuo. As Forças Armadas produzirão sempre deficientes, porque o risco é grande. Há, pois, que divulgar todo este trabalho de reabilitação que a deficientes concerne, não em termos caritativos, mas em termos de mostrar à própria instituição militar o que os seus deficientes têm produzido, inclusivamente a nível da nossa Associação. Temos realizado um trabalho de tal modo já reconhecido e meritório que, com aquilo que tem sido feito e o que está previsto para o futuro, creio dentro de pouco tempo a própria instituição militar se deverá orgulhar das realizações conseguidas pelos deficientes que produziu, porque neste momento a ADFA está com um grande poder de intervenção dentro da sociedade, demonstrando que os deficientes não se vergaram ao infortúnio. Continuam

a lutar! Há uma certa dinâmica, também um certo mistério. Como é possível que pessoas com grande grau de incapacidade possam sobreviver, lutar e continuar a mexer hoje com tal força? Há duas razões para isto: «1.º, a deficiência surgiu na idade dos vinte anos; na idade da generosidade; 2.º, integrávamos um sentido de corpo, as próprias Forças Armadas, e posteriormente a vivência no Hospital Militar, manteve-nos esse sentido. Estávamos juntos e encaravamos o futuro imbuídos de um certo espírito de companheirismo. Daí o ter aparecido a nossa Associação.

Portanto, na generalidade, é isto que eu queria dizer. Gostaria que a partir de agora fosse mais profícua a relação entre o nosso Jornal e os diversos órgãos de informação da instituição militar. Temos muita coisa a aprender com as vossas revistas e os vossos órgãos de informação. Temos algo a dar em troca: a nossa experiência e a nossa maneira de estar. O importante, e que eu gostaria de realçar, é que de mãos dadas é possível fazer muitas coisas bonitas a nível de informação, se entenderem como boa a nossa colaboração, como nós gostaríamos de ter a vossa. Creio que a partir daqui, e dando um abraço fraterno porque provimos todos da mesma área, a área militar, será importante continuarmos juntos e demonstrar que somos todos da mesma casa e caminhamos no mesmo sentido já que estamos entre militares: marcando o passo ao toque do mesmo tambor!

(Continua)



Pagamento de pensões

Por se achar de interesse para os sócios e famílias, junta-se o quadro de pagamento de pensões para o ano corrente.

DATAS PREVISTAS

MESES	C. G. A.				M. S. E.	
	A	B	C	D	E	F
Janeiro	11	12	13	16	17	18
Fevereiro	13	14	15	16	17	20
Março (prova de vida) ^{a)}	13	14	15	16	17	20
Abril	11	12	13	14	17	18
Mai	11	12	15	16	17	18
Junho	12	14	15	16	19	20
Julho	11	12	13	14	17	18
Agosto	11	14	16	17	18	21
Setembro	11	12	13	14	15	18
Outubro	11	12	13	16	17	18
Novembro e Sub. Natal	13	14	15	16	17	20
Dezembro	11	12	13	14	15	18

a) Mês destinado à efectivação de Prova de Vida por todos os pensionistas.

NOTAS IMPORTANTES: Nos contactos com este serviço deverá indicar sempre o número de pensionista, o agrupamento, o nome completo e a dependência da caixa onde é depositada a pensão. A alteração da morada conhecida na Caixa Nacional de Previdência deverá ser comunicada de imediato aos respectivos serviços de abono.

CLASSIFICAÇÃO DOS PENSIONISTAS POR «AGRUPAMENTOS»

A	Funcionários Civis, excepto os que a seguir se indicam
B	P.S.P.; Professorado Primário; Conservadores; Notários e Funcionários de Justiça; Organismos Diversos Integrados (D. L. 141/79); Pensão Subsídio Vitalício (D. L. 134/79); Caixa Geral de Depósitos; CTT; Radiodifusão Portuguesa; Func. Civis Subscritores Militares; Diversas Empresas Públicas
C	Exército; Marinha; Aeronáutica; G.N.R.; G.F.; P.S.P. — Subscritores Militares; Invalidez; Deficientes das Forças Armadas; Reintegrados nos termos do D.L. 38267 de 26-5-51
D	Funcionários aposentados das ex-colónias integrados na Caixa Geral de Aposentações nos termos do D.L. 341/78; Quadro Geral de Adidos; Beneficiários do Abono de Família não pensionistas da C.G.D.
E	Pensões de Sobrevivência do Montepio «antigo», pensionistas das ex-colónias e pensionistas
F	Pensões de Sobrevivência do Montepio moderno (Estatuto das Pensões de Sobrevivência)

SÓCIOS FALECIDOS

JOSÉ DE OLIVEIRA GONÇALVES, sócio n.º 9343, natural e residente em Espírito Santo das Touregas — São Martinho do Bispo, concelho de Coimbra, faleceu no passado mês de Agosto.

Este sócio, com trinta por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Moçambique durante uma operação de reconhecimento.

JÚLIO DA COSTA FREITAS, sócio n.º 1513, natural e residente em Lugar do Mosteiro — São Torcato, concelho de Guimarães, faleceu no passado dia 26 de Junho sendo a causa da morte indeterminada.

Este sócio, com trinta

por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Angola durante um desastre de viação.

Deixa viúva a Sr.ª D. Palmira Rosa do Couto Matias dos Santos.

JOÃO JOSÉ MESTRE PAULINO, sócio n.º 10860 natural e residente em Serpa, concelho de Serpa, faleceu no passado dia 21 de Outubro, vítima de acidente de viação.

Sócio com 36 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente quando a viatura militar onde seguia caputou.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas sentidas condolências.

Viaturas OPEL

MOD. CORSA	PREÇO BASE	P. V. P.
SW 1.0 S 3 P	797 400\$00	1 074 194\$00
SW 1.0 S 4 P	883 700\$00	1 175 165\$00
SW 1.2 ST 2 P	890 600\$00	1 281 190\$00
SW 1.2 ST 3 P	868 300\$00	1 255 095\$00
SW 1.2 ST 4 P	923 000\$00	1 319 098\$00
SW 1.2 ST 5 P	910 200\$00	1 304 122\$00
GL 1.2 ST 3 P	921 300\$00	1 317 109\$00
GL 1.2 ST 4 P	969 200\$00	1 373 152\$00
GT 1.3 SB 3 P	1 077 800\$00	1 567 167\$00
GSi 1.6i 3 P	1 307 500\$00	2 266 096\$00
MODELO DIESEL		
SW 1.5D 4 P	1 136 500\$00	1 800 518\$00
SW 1.5D 5 P	1 138 300\$00	1 802 624\$00
GL 1.5D 5 P	1 308 500\$00	2 001 758\$00
MODELO KADETT		
LS 1.2S 3 P	1 091 400\$00	1 515 248\$00
LS 1.2S 5 P	1 135 900\$00	1 567 313\$00
LS 1.3S 3 P	1 155 600\$00	1 657 316\$00
LS 1.3S 4 P	1 244 500\$00	1 761 329\$00
LS 1.3S 5 P	1 200 900\$00	1 710 317\$00
GL 1.3S 3 P	1 303 500\$00	1 830 359\$00
GL 1.3S 4 P	1 360 700\$00	1 897 283\$00
GL 1.3S 5 P	1 316 300\$00	1 845 335\$00
GL 1.6S 4 P	1 544 000\$00	2 541 923\$00
LS 1.6D 4 P	1 441 300\$00	2 422 186\$00
KADETT LUXO		
GL 1.3S 4 P	1 552 000\$00	2 121 104\$00
GL 1.3S 5 P	1 507 600\$00	2 069 156\$00
KADETT CARAVANS		
LS 1.3S 5 P	1 360 000\$00	1 896 464\$00
GL 1.6S 5 P	1 580 000\$00	2 584 043\$00
LS 1.6D 5 P	1 480 000\$00	2 467 465\$00
MODELO OMEGA		
Omega GLS 2.0i 4DR (Met)	2 466 400\$00	5 328 103\$00
Omega GLS 2.0i 4DR (Met) Tecto Abrir	2 576 400\$00	5 456 803\$00
Omega GLS 2.0i 4DR (Met) Ar Condic.	2 699 800\$00	5 601 181\$00
OMEGA LS 2.3D 4DR (Sol)	2 012 100\$00	6 859 797\$00
Omega LS 2.3D 4DR (Met)	2 056 800\$00	6 912 096\$00
Omega GLS Caravan (Met)	2 573 700\$00	5 453 644\$00
Omega GLS Caravan (Met) Tecto Abrir	2 683 700\$00	5 582 341\$00
Omega GLS Caravan (Met) T. Ab. Ar. Con.	2 917 100\$00	5 855 422\$00

Alguns dos preços aqui apresentados, não contemplam as cores metalizadas, mas, se for essa a sua opção, os preços variam entre os 17 300\$00 e 44 700\$00 conforme o modelo.

— Os sócios interessados em viaturas OPEL, podem contactar o delegado de vendas da ADFA, ALBERTO PINTO através dos telefones 362167-/321934 e após as 19h30, 8595016.

— Também trato da documentação para pessoas com deficiência.

NOTICIÁRIO vário

1.º SEMINÁRIO SOBRE IMPOTÊNCIA SEXUAL

Conforme noticiado no ELO anterior, nesta mesma secção, realizou-se em 16 e Dezembro p. p. o 1.º Seminário de Andrologia (= Estudo das doenças próprias do homem) da Clínica do Homem, subordinada ao tema «IMPOTÊNCIA SEXUAL».

Assunto «tabu» para muita boa gente, até pela carga «vergonhosa» que lhe atiram, a impotência sexual não é tão rara como isso, tornando-se grave (e bastante, por vezes), por ser escondida, e, daí, não ser tratada. Mas como doença que é, tem as suas causas e também os seus tratamentos. Acontece que, e é de ter em devida conta esta questão, o que pode ser um simples «acidente de percurso», ultrapassável com os meios certos, pode-se complicar quando o doente, incapaz de reconhecer e assumir esse percalço, abrindo-se com o seu médico, prefere, ao abrigo do anonimato, e por anúncio, comprar alguns pós milagreiros ou outros produtos de acção mágica. E daí resultarão, de certeza, graves problemas, não só pessoais como familiares e até sociais, já que não tendo sido obtida «cura», o mal se agravará, influenciado, normalmente, melhor, anormalmente, o seu seu comportamento.

E no entanto, é na pró-

pria forma/consciência como hoje se vive, que se poderão, rapidamente, procurar, na maior parte dos casos, as causas de uma forma de impotência que não passará de efémera e temporária, se logo reconhecida. É o «stress» (que já deixou de ser fino ou original ter-se...), é a droga (que inclui, cuidado, o tabaco e o álcool...), é a má alimentação (e isto de se comer de pé e à pressa, dois ou três salgados...), enfim, quase que somos levados a perguntar como é que se manifesta tão pouco. Ou talvez até não. Só que as pessoas...

Para debater estas questões, reuniram-se pois, em Lisboa, cerca de 150 especialistas de todo o país, sendo especialmente convidado o prof. dr. L. V. Wagencknecht, de Hamburgo, autoridade internacionalmente reconhecida nesta matéria, designadamente no campo da microcirurgia, estando presente, por entendimento do máximo interesse, o médico da sede e nosso sócio, Fernando Brito.

Durante esses dois dias e seis sessões, foram apresentados diversos trabalhos e estudos, pelos vários intervenientes, abrangendo não só o fenómeno directo em si mesmo, como também matérias afins. Daí, por

exemplo, as «lições» sobre «disfunção erétil, psico ou soma», «Anatomia e fisiologia da erecção» e «Sexualidade/sexologia», como preparação, depois, para a análise às causas, ao diagnóstico e à terapêutica.

E se as causas, que as tem sempre, podem ser de origem puramente orgânica — endocrinológica (glândulas endócrinas), neurológica (sistema nervoso), urológica (vias urinárias) e vascular (vasos sanguíneos) — também podem vir de factores puramente psíquicos — origem psicológica —, sendo bastante comum uma interligação entre esses mesmos factores. Daí, também, que os métodos de diagnóstico, com o fim de perfeito conhecimento da doença através da análise dos sintomas apresentados, sejam também diversos, abrangendo os dois campos, físico e psíquico (chegando a «testes de estimulação vibratória — erecção farmacologicamente induzida»), com vista a adaptar-se o método de tratamento mais adequado (que pode ir desde a psicoterapia até, em último recurso, à prótese peniana).

Falando cem por cento a sério, já que levar certos assuntos a brincar, é escondê-los ou mascará-los, a «impotência sexual» do homem (e a «frigidez», na

mulher, note-se), está bem mais espalhada do que se pensa (ou se tem a coragem de pensar), assumindo aspectos graves, quer no campo pessoal, quer no familiar e no social, porque, graças, em parte, a toda uma «cultura»/educação de concepção machista, não é, ainda, encarada com naturalidade e realismo, como um mal que pode ser passageiro, com causa e tratamento.

INSTITUTO EUROPEU DE SEGURANÇA SOCIAL

Apraz-nos registar que Portugal foi escolhido, entre fortes candidaturas, para a realização, em 1989, do «Colóquio Anual do Instituto Europeu de Segurança Social», sendo sua entidade organizadora a Associação Portuguesa de Segurança Social (APSS).

Assim, em Outubro deste ano, seguindo-se a Salónica (88) e antecedendo Berna (90) e Roma (91), encontrar-se-ão em Montechoro (Algarve) os maiores nomes da Segurança Social europeia, para o que se iniciarão, já em Janeiro, as primeiras reuniões preparatórias com o comité encarregado da preparação da conferência.

Segundo os responsáveis portugueses, esta decisão do Instituto Europeu (em seguimento de uma proposta do próprio Secretário-Geral, Jeff Van Langendonek), é extremamente relevante, por duas razões principais: Portugal é ainda membro muito jovem do IESS, tendo sido em Salónica a sua primeira representação, e porque obriga os nossos governantes a encarar, com urgência, a reestruturação do sector, já que, ao contrário do que acontece na Europa, a Saúde e a Segurança Social estão separadas em ministérios e organismos diferentes.

DESPORTO

Não haverá muito a dizer sobre a participação da ADFA em actividades desportivas no mês de Janeiro. Aliás, fá-lo-emos, pela negativa, dado que também achamos importante indicar o que se vai fazendo, embora os nossos atletas, por motivos vários, não possam comparecer.

E assim, realizam-se em 8 p.p., os 20 quilómetros de Almeirim e em 15 os 52 quilómetros (estafeta) de Óbidos.

Entretanto, enquanto se procura reactivar a sessão de futebol — E aproveita-se para um apelo a todos os que já praticaram e aos novos que estejam interessados em praticar, que contactem urgentemente o departamento —, a secção de basquetebol em cooperação com o Conselho de Arbitragem Regional (CAR), apresentará o sócio e atleta Armando Santos à frequência de um curso de árbitros, que decorrerá de 23 de Janeiro a 19 de Fevereiro, sendo, segundo julgamos saber, a primeira vez que tal acontece, daí advindo, esperamos, o 1.º diplomado para deficientes. Aliás, seria interessante um protocolo no sentido de outras acções semelhantes e alargadas.

Finalmente, a Associação Portuguesa de Deficientes, em colaboração com a DGD, as restantes entidades participantes e a Câmara Municipal de Loures, leva a efeito um torneio quadrangular de basquetebol (em duas mãos, sistema poule), sendo os jogos disputados no pavilhão «Paz e Liberdade», em Loures, com o seguinte calendário:

1.ª Volta: 22 JAN. — 09H — APD/Lisboa-

-ADFA; 11H — APD/Sintra-Alcoitão; 12 FEV. — 09H — APD/Lx-APD/S; 11H — Alcoitão-ADFA; 18 FEV. — 15H — APD/Lx-Alcoitão; 17H — APD/S-ADFA.

2.ª Volta: 19 FEV. — 09H — APD/Lx-ADFA; 11H — APD/S-Alcoitão; 25 FEV. — 15H — APD/Lx-Alcoitão; 17H — ADFA-APD/S; 26 FEV. — 09 — APD/Lx-APD/S e 11H — Alcoitão-ADFA.

De realçar a disponibilidade do Parede Futebol Clube em integrar este «Torneio de Ano Novo», participando na sua animação desportiva, através de classes de ginástica de solo, tapete, trave olímpica e duplo trampolim, que se exibirão no intervalo entre jogos.

Sócio da ADFA: acompanha a tua equipa! Comparece, anima, grita bem alto. Os nossos atletas acreditam em ti, como tu tens que acreditar nesses, apoiando-os!

Antes de terminarmos, uma referência para o facto de que os treinos estão a receber «reforços», caras novas, mas muitos, muitos mais é preciso que apareçam. E aqui fica um recado para a DC: é necessário ter em atenção este esforço e ter mais e melhor material...

Nota: Acabamos de saber, com agrado, que foi autorizada a aquisição de equipamento desportivo para o Núcleo de Tomar.



ASSISTÊNCIA MÉDICA

UISEU

SEGUNDAS:	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
TERÇAS:	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
	Gastroenterologia (exames)/Dr. Júlio Barbosa	14.00 H.
	Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa	15.00 H.
QUARTAS:	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
QUINTAS:	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
	Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
SEXTAS:	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
SÁBADOS:	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Arnaldo Rodrigues	9.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Bernardino Campos	9.00 H.

SEDE

CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito	Segundas e Quintas-feiras, às 14 horas, na Sede
PSIQUIATRIA Médico: dr. Proença	Terças-feiras, às 12 horas, na Sede
PSICOLOGIA dr.ª Paula Frazão dr.ª Edite Saraiva (stress de guerra)	De Segunda a Sexta-feira, 9/12.30 h. Terças-feiras — 14 às 18 h.

As consultas de sábado efectuaem-se na própria Delegação, obedecendo a uma marcação prévia.

Devido ao acordo feito com todos os médicos, futuramente em todas as consultas de Ortopedia (Dr. Idálio Braguês Da Costa), os associados suportarão a quantia de 750\$00 (Setecentos e cinquenta escudos), nas restantes especialidades as consultas são gratuitas.



FORMAÇÃO PROFISSIONAL 1989 (SEDE)

O projecto de Formação Profissional em colaboração com o I. E. F. P./F. S. E., comportará as seguintes acções que terão início no fim do próximo mês:

Curso de Cerâmica — Reabilitação

10 Formandos — 5 meses = 100 dias × 6 horas = 600 horas

Objectivo — Formar indivíduos capazes para o mercado de artesanato.

IVA; Arquivo e documentação; Sistemas operativos informáticos; Operações informáticas.

Curso de Técnico de Frio — Reabilitação

10 Formandos — 4 meses = 75 dias × 6 horas = 450 horas.

Objectivo — Formar indivíduos capazes para a reparação de aparelhos electrodomésticos de frio.

Programa — Electrotática; Magnetismo; Electrocínética; Electroquímica; Electrodinâmica; Corrente alterna; Circuitos eléctricos; Semicondutores; Electrónica analógica; Electrónica digital; Microprocessadores.

Curso de Electrónica Digital — Especialização Pós-Laboral

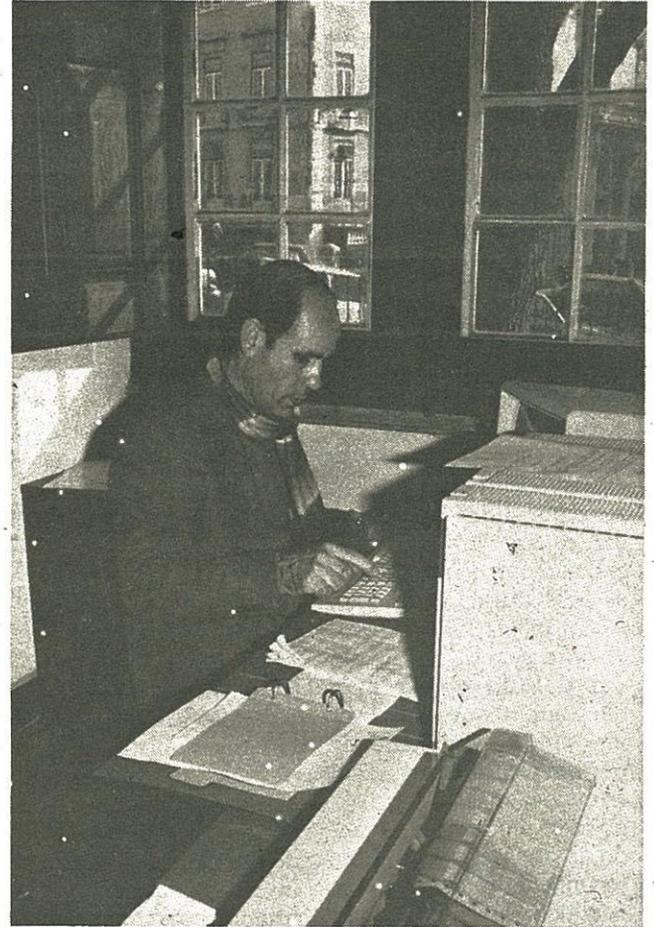
10 Formandos — 2 meses = 40 dias × 3 horas = 120 horas

crocomputador; Memórias; Microprocessador Intel 8085A; Periféricos (teclados, impressoras, monitores); Detecção e reparação de avarias em sistemas com Microprocessadores; Equipamento de teste específico.

Haverá também os cursos de Tecnologia TV e Microsoldadura com a duração cada de 120 dias.

Os cursos de especialização nomeadamente Tecnologia TV, Microsoldadura e Electrónica Digital exigem conhecimentos equivalentes aos Formandos pelo curso de Electricidade/Electrónica.

Encontram-se abertas as inscrições para os cursos acima mencionados no Departamento de Formação Profissional, na sede da A. D. F. A.



Programa — Conformação Plástica; Olaria; Modelação; Secagem de peças; Enformamento e chacoagem; Decoração; Vidrados e pintura cerâmica; Cozedura de vidrados.

Curso de Técnico de Artes Gráficas — Reabilitação

12 Formandos — 7 meses = 30 dias × 6 horas + 100 dias × 9 horas = 1.080 horas.

Objectivo — Qualificar os formandos com conhecimentos teóricos e práticos para serem integrados em Empresas de Artes Gráficas.

Programa — Informação geral; Formação teórica; Visitas; Fotocomposição; Selecção de cores; Montagem; Impressão; Fotografia de apoio; Transporte; Encadernação.

Curso de Técnico Administrativo — Reabilitação

10 Formandos — 5 meses = 100 dias × 6 horas = 600 horas.

Objectivo — Preparar indivíduos prática e teoricamente para trabalharem em pequenas e médias empresas. Este curso possui uma componente informática.

Programa — Noções de Administração; Contabilidade geral; Fiscalidade e

Programa

- 1 — Formação Teórica: Serralharia geral; Soldadura; Matemática; Física; Teoria de frio.
- 2 — Formação Prática: Serralharia; Soldadura; Prática de frio.

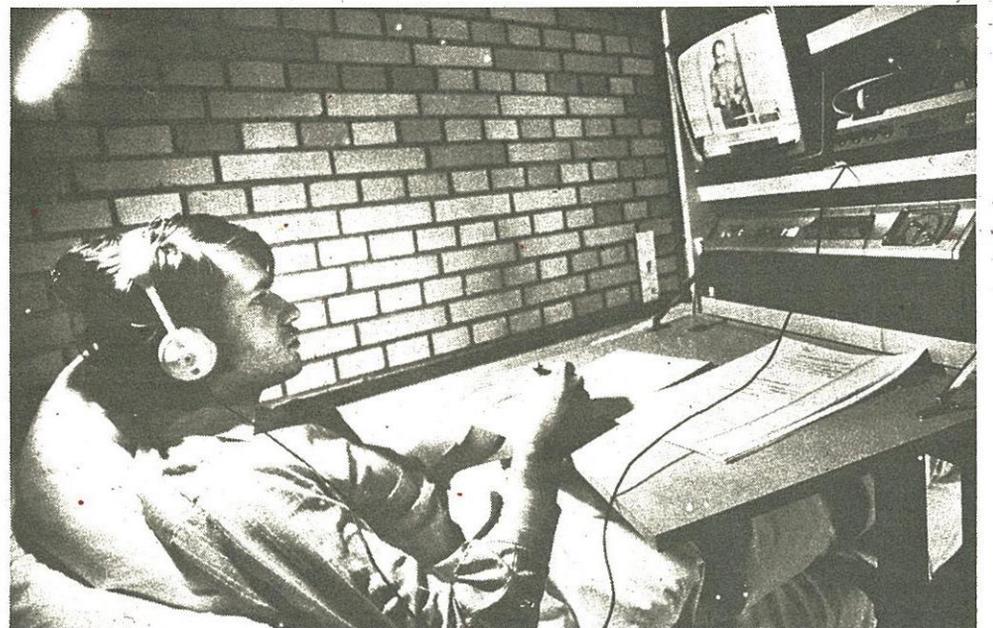
Curso de Electricidade/Electrónica — Qualificação Pós — Laboral 10 formandos — 10 meses = 220 dias × 2,5 horas = 550 horas

Objectivo — Aquisição de perícias e conhecimento que possibilitem acções correctivas em equipamentos electrónicos.

Objectivo — Especializar os formandos na reparação de equipamentos electrónicos.

Programa

- I — Sistemas Digitais — Circuitos lógicos; Algebra de Boole; Sistemas numeração; Flip — flops; Circuisequências; Contadores e divisores; Registos de deslocamentos; família lógicas integradas; Conversores digitais-analógico e analógico-digital.
- II — Introdução aos Microcomputadores — Estrutura interna de um Mi-



Orientação Escolar e Profissional

Desde alguns anos que começou a existir em Portugal uma maior preocupação pela escolaridade, e paralelamente pela orientação educacional e vocacional.

Os testes psicológicos foram criados e são

actualmente utilizados para determinar e analisar diferenças individuais na Inteligência Geral, conhecimentos escolares, «vocações», aptidões específicas e dimensões não intelectuais da personalidade.

Não é possível fazer Orientação Escolar sem fazer Orientação Profissional, para tal temos de ter em conta:

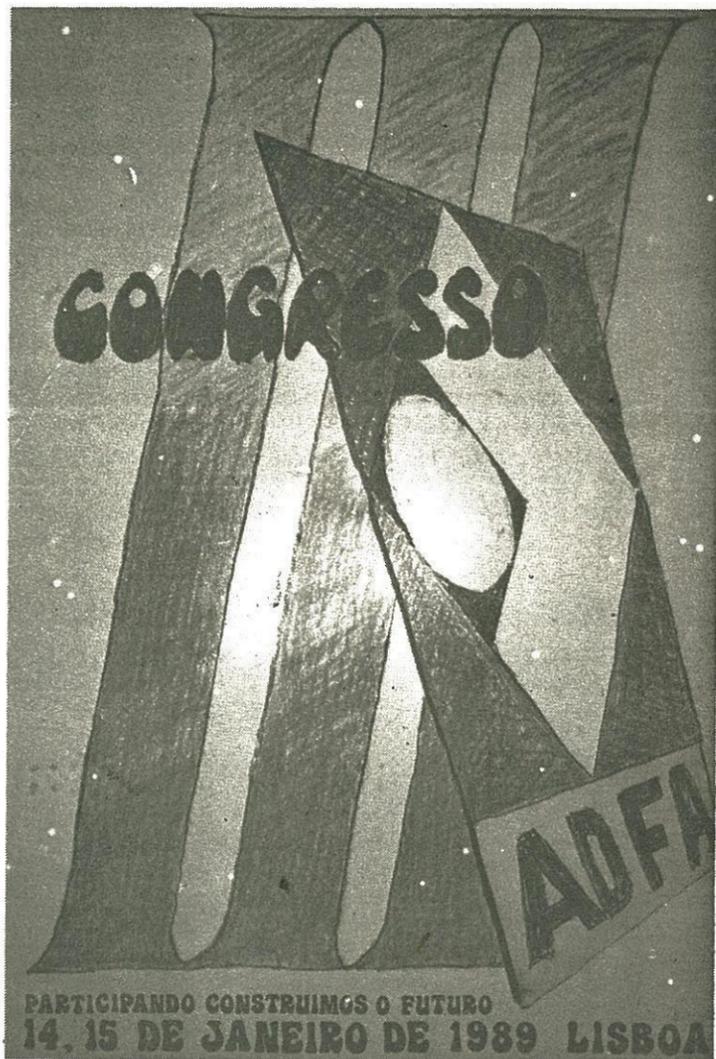
- 1 — Aptidões e Capacidades
- 2 — Personalidade
- 3 — Interesses e Motivações

A Orientação é o melhor predictor para o êxito profissional, e deve ser tomado a sério tanto pelos Pais como pelo Psicólogo.

Todas as idades são supostas serem satisfatórias para uma boa orientação, mas a altura mais indicada em termos efectivos é a partir dos 10/12 anos. Visto a actual introdução do Ensino Técnico em idades mais jovens a opção vocacional torna-se difícil para crianças com tais idades.



ADMITE-SE
ASSISTENTE SOCIAL
 PARA DEPARTAMENTO
 FORMAÇÃO PROFISSIONAL
 Contactar
DFP/ADFA
 Tel. 362167



Participando construimos o futuro

O filme...

Como todos sabemos, realizou-se nos dias 14 e 15 de Janeiro o III Congresso da ADFA. No entanto, como todos também sabem, uma reunião deste género não é só o seu desenrolar nos dias marcados, mas todo um trabalho, normalmente bem intenso, vivido desde muito tempo antes, quasi desde que foi decidido. Antes de passarmos ao «filme» dos dois dias culminantes, vamos lembrar, rapidamente, alguns dos factos mais importantes que o antecederam:

— o Conselho Nacional de 7 de Fevereiro de 1987 decide a realização do III Congresso, com data provisória de 3 e 4 de Dezembro de 1988;

— o Conselho Nacional de 27 de Fevereiro de 1988 aprova o Regulamento do Congresso;

— a Comissão Organizadora do Congresso (Presidente da Mesa da Assembleia Geal, Reis Santos, Vice-Presidente da Direcção Central, Guedes da Fonte e sócio n.º 1, Couceiro Ferreira) aprova, em 24 de Setembro de 1988, o novo calendário, incluindo datas limites para as Assembleias Gerais Eleitorais (Delegados), para entrega, na COC, das sínteses

e pareceres sobre as teses e para envio das relações de delegados e o ELO, nas suas edições de Setembro e Outubro de 1988 publica, na íntegra, as teses «o Congresso».

Um outro apontamento ainda, para salientar que



um tal acontecimento não passa apenas por aqueles que o idealizaram, quiseram e lhe dão cumprimento, em termos directivos, mas também por toda uma estrutura humana que molda e monta as peças conforme os planos que lhe são apresentados. Portanto não devemos esquecer todo o pessoal do secretariado, da segurança e da montagem, cujos nomes é justo referir (e se alguém ficar esquecido não será por mal):

Paula, Carla, Luísa, Gisela, Elisabete, e Céu, Antunes, João Domingos, Carlos César, Marques (Santa Iria) e Binda, Vítor Paula e Armindo Roque.

Embora com alguns elementos chegados a 12 de Janeiro a Lisboa (Ponta Delgada), é no dia 13 que se assiste à apresentação da maioria dos congressistas (fora da zona da capital), na recepção montada no Hotel Penta, após o que são encaminhados para os respecti-

vos quartos, recebidos que foram, no secretariado, entretanto, os cartões de identificação e as pastas com os documentos necessários aos trabalhos. E logo nesse dia, pelas 17.15, duas camionetas postas à disposição (uma pela C. Lisboa e outra pelo EME), os congressistas deslocam-se à Câmara Municipal, onde são recebidos pelo seu Presidente, Nuno Abecasis, o qual aproveitará a ocasião para fazer entrega a José

Arruda, Presidente da DC/ADFA, de um officio que oficializa a cedência de um terreno para construção de uma nova Sede nacional, assim como uma planta da zona onde ficará situada.

Terminado este «Cálice de Porto», cerimónia bastante participada por todos os delegados, porque aí, pela primeira vez, se encontraram os de fora de Lisboa com os da capital e arredores, os primeiros regressaram ao hotel para jantar, não sem que se notasse que alguns preferiram acompanhar alguns segundos, ficando-se pela Baixa citadina, bebendo uns copos, reavivando velhas amizades, recordando encontros passados.

O dia 14 começou cedo, chegados os que ainda não se tinham «apresentado», chegando-se os lisboetas, reunindo-se os residentes e os de fora, dando grande animação às várias salas onde decorria o Congresso. Atarefados, divididos nos vários grupos necessários, os elementos do «protocolo», num vai e vem constante, recebiam os convidados, passavam-nos a outros, conversavam com todos, indicavam-lhes os lugares. Os Presidentes da Mesa da Assembleia Geral e da Direcção Central, Reis Santos e José Arruda, junto à porta principal, representavam a ADFA anfitriã enquanto, em sala perto, outros congressistas recebiam as personali-



dades que ocupariam a mesa que presidiria à Sessão de Abertura. Sem possibilidade de recordarmos todos quando nos quiserem acompanhar neste momento e aos esquecidos as nossas desculpas e pedido de compreensão, que quem conhece este ambiente sabe como é difícil reparar em tudo, lembrar to-

dos...), apenas alguns apontamentos, sem preocupação de maior em hierarquia relativa ou de outra ordem: General Carlos Azeredo, Chefe da Casa Militar da Presidência da República (em representação do Chefe do Estado), Major Marques Júnior, Vice-Presidente da Assembleia da República (em representação



III CONGRESSO

Reafirma ADFA como instituição inequivocamente social

- aprovada proposta sobre elaboração de estatuto único do deficiente militar;
- reconhecido papel decisivo da mulher e companheira no processo de integração do deficiente das Forças Armadas;
- estimulada a cooperação internacional, nomeadamente o estreitamento de relações de amizade e cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa;
- dadas indicações para a adequação estatutária às novas realidades;
- lançado o repto para uma modernização da ADFA face aos novos desafios;
- reforçar o associativismo numa plataforma de solidariedade;
- com terreno e mais subsídios, novo desenvolvimento para a sede nacional.

do respectivo Presidente), dr. Santos Ramos Secretário de Estado da Defesa Nacional, General Soares Carneiro, Vice-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Tomé Pinto, Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército (em representação do CEME), Brigadeiro François Martins, CMTD do CTP (em representação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea), corpo diplomático acreditado em Lisboa, nomeadamente da RFA e de S. Tomé e Príncipe, General Lucena, Comdt. de RML, Brigadeiro médico António Pinheiro, Director do SEE, Almirante Gonzaga Ribeiro e Coronel Ferreira Monteiro, respectivamente Presidente da CTP e Director do Lar Militar, representantes de diversas autarquias, entre elas a de Lisboa, Oeiras e Cascais, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Padre Melícias, Generais Altino de Magalhães e Themudo Barata, Presidentes, respectivamente, da Liga dos Combatentes e da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, vários deputados, por si e por diversas Comissões da Assembleia da República (Saúde e Defesa, pelo menos), representantes de vários partidos políticos, Chefes e elementos de várias Repartições, Serviços e até Unidades dos três ramos das Forças Armadas sem esquecer algumas revistas militares e muitos, muitos dos nossos amigos de inúmeras associações De e Para deficientes.

Cerca das 10 horas, e ocupados os lugares, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ADFA, dr. Reis Santos, inicia a série de intervenções, ao que se lhe seguiriam o Presidente da DC, José Arruda o Secretário de Estado da Defesa Nacional, em breve imprevisto, e o Chefe da Casa Militar da PR, que lerá uma mensagem do Chefe de Estado, após o que seria dada por encerrada a «Sessão de Abertura» (atenção, os resumos destas intervenções encontram-se nas páginas centrais).

Após a saída das entidades convidadas, dá-se imediatamente início aos trabalhos, começando-se pela eleição do Secretariado do Congresso, e aí, como que bom indício para as sessões seguintes, verifica-se a primeira unanimidade. Perante uma lista apresentada pela Comissão Organizadora, e de que faziam parte os associados Jerónimo Dias de Sousa e José dos Santos Rodrigues Teixeira (ambos do Porto) e Orlando Hélder Serra Passos Silva (Lisboa/Almada), o Congresso nada mais fez do que ratificá-la. Seguidamente, o Se-



cretariado recém-eleito propõe outra lista de três nomes — António dos Santos Carreiro (Lisboa), Bernardino António Azevedo (Viseu) e Jaime Fernando Leite Domingues (Ponta Delgada) — para Comissão de Redacção, o que foi imediatamente aceite, também por unanimidade.

Ainda não muito cansados e dispostos a um bom diálogo, o pessoal fez depois um pequeno intervalo, para um cafezinho.

Pelas 11.45 regressou-se à sala «Nova York», para discussão do primeiro bloco de teses.

Moção de Estratégia, a primeira proposta, não pôde ser apresentada pelo seu autor, Mário Carvalho Villa-Lobos (Lisboa), por o mesmo se encontrar impossibilitado de comparecer, o que, é evidente, empobreceu o debate, sem que contudo lhe tenha tirado interesse. Aliás, sendo exactamente a primeira tese a ser apresentada, serviu de boa experiência, permitindo adequar a melhor forma de trabalho quer do Secretariado quer dos intervenientes, e sendo de difícil leitura, como se faria notar, também faz realçar o notável trabalho da anterior Comissão de Redacção que, de todas as teses, conseguiu fazer resumos preciosos, sem desvirtuar conteúdo e essência daqueles documentos.

Centradas, fundamentalmente, sobre três pontos, a questão dos «centros de produção», o «associativismo» e «os incentivos económicos aos construtores», foram cerca de uma dúzia as intervenções de congressistas, após o que se passou à votação na generalidade (aprovação por maioria — 68 a favor, 60 contra e 18 abstenções) e à votação de duas propostas à Mesa (ambas também aprovadas por maioria).

Evolução do conceito e atitude perante a pessoa deficiente na sociedade humana foi a tese que, seguidamente, foi apresentada pelo associado José Rodrigues de Noronha (Porto), e sujeita a meia dúzia de intervenções, já que não sendo

polémica a matéria, haveria apenas que ressaltar alguns pontos, nomeadamente no que dizia respeito à «sensibilização do Poder», à importância do papel do próprio deficiente interligado ao meio social ambiente e à necessidade de se procurar saber «quem», «como» e «onde» (quem são, como vivem e onde se encontram os deficientes).

Tese aprovada na generalidade, por unanimidade, veria o seu texto acrescentado, por proposta aceite pelo próprio subscritor, pela síntese «Linguagem acerca da deficiência» de um outro trabalho resultante do debate em torno da tese, numa votação por maioria.

Por já ser demasiado tarde e haver que respeitar compromissos para com os serviços do hotel, teve que ser interrompida a sessão, passando à tarde a terceira tese.

«Reabilitação — Integração», exposto pelo associado António Silva Reis Santos (Porto), foi quem reiniciou os trabalhos, após o almoço, na

venções, vários foram os aspectos focados, destacando-se, talvez, os que referiram ser esta tese uma «autêntica moção de estratégia», o assumir do Programa Mundial de Acção da ONU, o ser o primeiro trabalho a referir a «discriminação existente ao nível dos deficientes militares», as «quotas de emprego» e a «sensibilização da Comunicação Social. Aprovada na generalidade, seria sujeita a oito propostas à mesa, as quais teriam sortes diversas nas respectivas votações.

«No associativismo a força dos deficientes», apresentada pelo sócio Abel Artur dos Santos Fortuna (Porto), viria a provocar a primeira efervescência numa sessão que, no máximo, estaria acalorada. A questão do «associativismo» é, tal como o foi em 81, demasiado vivida e sentida por todos aqueles que, por esse modo, defendem e lutam por direitos que são justiça. E se há pontos polémicos, para uns talvez que apenas académicos, a discutir, outros ha-

aos mais afastados, aos que se sentem abandonados pelos seus próprios «irmãos», aos que, como chamava a atenção Bragança, não encontram outra solução que não o suicídio.

Doze «quentes» intervenções, vários pontos de ordem à Mesa, pedidos de esclarecimento, tentativas de diálogo entre delegados (que o Secretariado soube impedir), antecederam a votação do documento, que foi aceite por maioria, assim como uma primeira proposta que pretendia ver incluí-

rior de um outro trabalho de características afins, «Proposta de consolidação e reforço da ADFA», foi aprovado que fosse, em devido tempo, tratados em conjunto, melhor, em tempo conjunto.

«A terceira idade do deficiente militar», documento apresentado pelo sócio José Martins Maia (Coimbra), em termos sentidos, generosos (e aplaudidos), foca um dos problemas mais graves, em termos pessoais, familiares e sociais, com que talvez já se debatam alguns (muitos?) dos defi-



do no texto final a síntese «Participação das mulheres na ADFA». Uma outra proposta, sobre movi-

cientes militares: uma terceira idade precoce, acelerada. «Que não seja a antecâmara da morte», que não ainda, e apenas «pegar na bengala e ir para o jardim, onde haja sol», numa idade que muito poderia ainda dar de vida, são questões, angustiosas, que se têm que pôr desde já. E não esquecer que aqui, também, e muito dramaticamente, se põe em causa a «campanha» e o «serviço», dado que os segundos não têm as defesas económicas que, apesar de tudo, os primeiros terão. Haverá que «garantir hoje a 3.ª idade de amanhã». Nove intervenções mais não fizeram que aplaudir a oportunidade, e premência deste documento, apresentando sugestões várias, passando pelo reconhecimento do papel das famílias (dos amigos ninguém falou, e, no entanto, são fundamentais...), pelo paralelo de «centros de noite» com centros de dia, ao grito de alerta para que há deficientes que nem à 3.ª idade chegam..., pelo emprego e pelo desporto, pelo maior poder do Secretariado Nacional de



Sala Munich. Documento extenso, o grupo subscritor não poria em causa, à partida, a sua discussão apenas na forma de síntese, já que esta, na realidade, abrangia todas as questões de forma correcta.

Ao longo de onze inter-

verá que, pelo seu aspecto chocante e revoltante, clamam, bem alto, pela necessidade, cada vez maior, cada vez mais forte, de um associativismo generoso mas exigente, coeso mas alargado. ELO refere-se muito especialmente à interioridade,

mento associativo, seria rejeitada.

Após pequeno intervalo, deveria seguir-se a tese «Uma estratégia para a reivindicação», mas sendo aceite pelo Congresso que a sua discussão, no momento, poderia prejudicar o tratamento poste-

Reabilitação e, mais uma vez e sempre, pela injustiça dos dois critérios de deficiência.

Aprovada na generalidade por unanimidade, e aclamação, a tese seria ainda enriquecida por uma proposta no sentido do pleno uso do Lar Militar, aprovada por maioria (apenas duas abstenções, nada contra).

«Proposta de consolidação e reforço da ADFA. Uma estrutura dinâmica para uma reabilitação global e activa» foi defendida por um dos seus subscritores, José Eduardo Gaspar Arruda (Lisboa), o qual, perante um documento tão extenso, chamaria a atenção para a questão do trata-

ve, se assim se pode chamar, apenas demonstram vontade e realidade associativas.

Doze intervenções... até se ter que interromper para jantar, completadas por mais vinte posteriores, falam bem do interesse e do calor postos no debate. De notar que pela primeira vez alguém lembrou os mortos, perguntando que diferença real, que diferença sentida, se «em campanha» se «em serviço». Aliás, este voltaria a ser um dos pontos mais questionados, havendo praticamente unanimidade no repúdio pela, como alguém também lhe chamou, «abominável» injustiça, clamando outro que «se guerra é

outros pontos se mostraram polémicos, e o dos «centros de produção»/autofinanciamento, foi dos mais discutidos, até pelo envolvimento jurídico-legal em causa.

Cerca da meia-noite, após alguns «pontos de ordem», pedidos de esclarecimento, tentativas de diálogo directo, intervenções da Mesa e outros acontecimentos normais em tais momentos, passou-se às votações na generalidade, tendo as duas teses sido aprovadas por maioria (1.ª — favor 82, contra 36, abstenções 10; 2.ª — f/79, c/15, a/37).

Passando-se à apresentação e votação de propostas, sendo várias e algumas paralelas ou com-



cerramento», de duas teses, e não apenas de uma, como estava programado. Mas tudo foi simples, como se verá.

«Proposta de tese para o III Congresso» era nome demasiado genérico que deveria, como afirmou o seu apresentador, Cândido Manuel Patuleia Mendes (Lisboa), ser completado com «A

mais polémico foi o da separação, ou não, da Sede e à criação da Delegação de Lisboa, tendo, aquando da votação na generalidade, recebido aprovação por maioria, mas baixando ao Conselho Nacional, por proposta também aprovada por maioria, o estudo desta questão. Propostas no sentido de criação de co-

Sousa (Porto), não chegou a ser discutida. Sete intervenções não foram mais que um aplauso e um realçar do trabalho apresentado, que viria a ser aprovado por aclamação e de pé. A chave de ouro que este Congresso merecia, como o vieram a sublinhar muitos delegados. Uma proposta de incluir os textos-síntese «Mobilidade/Acessibilidade» e «Reabilitação e Reintegração Social» seria aprovada por maioria, incluindo o próprio subscritor da tese.

Entretanto, no decorrer dos trabalhos, três «Moções» tiveram ocasião de ser apresentadas e aprovadas por maioria: de agradecimento às esposas e companheiras, voto de louvor à COC (Comissão Organizadora do Congresso) extensivo a Lopes Dias e voto de louvor à Mesa/Secretariado do Congresso.

Entrando-se na fase derradeira, fez-se intervalo, enquanto se aguardava a chegada das entidades convidadas para a «Sessão de Encerramento». E foram chegando. Com os mesmos condicionamentos de informação que tivemos na «Sessão de Abertura», talvez agravados por estarmos no meio de outros chamamentos (entrevistas, contacto com outros órgãos de Comunicação Social, tomadas de apontamentos, etc., etc.), não é possível fazer referência a todos quantos quiseram acompanhar a ADFA nesta cerimónia; pelo que apenas indicaremos os que ocuparam a Mesa: Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional, Eurico de Melo, Vice-Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, General Soares Carneiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, General Firmino Miguel, Chefe do Estado Maior da Força Aérea, representado pelo General Amaral e Secretário Nacional da Reabilitação, Fouto Pólvora.

Em primeiro lugar foram apresentadas, pela Comissão de Redacção,



mento diferenciado e o cuidado a ter na procura de uma solução mais justa, até no sentido de direito comparado com outros países, e para a questão do financiamento, considerando que a ADFA não pode depender/sobreviver de subsídios, embora não prescindindo desse «direito», como pontos mais importantes a serem tratados.

«Uma estratégia para a reivindicação», abordada agora nos termos do anterior consenso, foi apresentada por Abel Artur dos Santos Fortuna (Porto), que faria pequeno historial da evolução do conceito de «deficiente militar», referindo o aparecimento de inúmeros documentos avulsos perante circunstancialismos de momento, sem qualquer enquadramento geral e objectivo, terminando pela aberração da comparação/inclusão no estatuto de aposentação pública.

Não nos vamos estender neste ponto. E se havia matéria... Estando apenas a fazer um relato, uma reportagem, que não uma análise, não nos cabe, ou não cabe ao ELO, tecer quaisquer considerações sobre o que se passou. Diremos apenas que foi empolgante, que foi extremamente participado e participativo e se desencontros hou-

guerra, serviço é serviço», também «deficiente», não esquecendo ainda outro congressista a questão das «pensões de sangue», referindo o exemplo de que um deficiente «em serviço» que (um dos já vários casos de suicídio), deixou a viúva e os seis filhos na miséria. E não faltou também quem tivesse referido um problema pouco conhecido, não só pelo exterior como pelos próprios deficientes, mas que começa a mostrar, de forma alarmante, a sua perigosidade: o «stress» de guerra.

Mas, evidentemente,

plementares, decidiu-se, sempre por votação e consenso, a metodologia a seguir, havendo até um caso de repetição, e sendo diversas as sortes finais.

E todos foram dormir. Todos...? Não, houve quem tivesse que ainda trabalhar, para que a última sessão decorresse com normalidade e o Congresso terminasse como tinha começado, isto é, bem. ELO acha que estas coisas não devem ser esquecidas!

Dia 15, pelas 9 horas, e já a sala fervilhava de movimento. Haveria que tratar, até à «Sessão de En-



ADFA numa encruzilhada histórica», referindo depois alguns dos pontos incluídos no programa, face aos debates anteriores, retirar todo o conteúdo «financeiro» do documento, facilitando assim a discussão.

Passando-se às intervenções (oito), o ponto

missões regionais de apoio aos sócios e de implementação de um Gabinete de Estudos e trabalho informático foram também aprovadas.

«A ADFA perante os novos desafios no domínio da reabilitação», apresentada pelo seu autor, Jerónimo Dias de



as «Conclusões» provisórias do Congresso, após o que se seguiu o Secretário Nacional de Reabilitação, encerrando a sessão o Ministro da Defesa Nacional que, entre outras coisas, anunciou a atribuição de subsídios (ver páginas centrais).

Terminada a «Sessão de Encerramento», o

Congresso continuou, prolongando-se em amentes cavaqueiras pelos corredores, pelo almoço, pelo fazer de malas, pela despedida, pelo «até ao próximo».

E havia quem não estivesse totalmente satisfeito, pois até na proposta para o almoço fora derrotado...

ral da ADFA, que após se dirigir individualmente às entidades na Mesa, justificando os convites, agradecendo as presenças e lamentando a impossibilidade do Chefe da Nação e Comandante Supremo das Forças Armadas, falaria aos restantes convidados, em termos de amizade, compreensão e reconhecimento. Finalmente:

«Caros congressistas, os deficientes militares não recusam o seu handicap, assumem-no.

Muito menos têm complexos de culpa. Serviram e cumpriram o seu dever com a Pátria, podem enfrentar o passado, o presente e o futuro de cabeça erguida.

Com dignidade vão dizendo o que querem, exigem que lhes seja feita a justiça que merecem, enfrentam os desafios que se lhes apresentam.

Para isso querem uma Associação forte e dinâmica que, sem deixar de

A's ideias...

Dia 13 de Janeiro de 1989, Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lisboa, cerca das 18 e 30.

Ao receber os congressistas da ADFA, o Presidente da Câmara manifestou-lhes a sua satisfação por ali ter quem represente «alguma coisa de muito importante para este País», sendo «entre todos, os mais queridos dos nossos cidadãos».

No seu breve improvisado, o eng.º Nuno Abecasis ressaltaria as excelentes

dente da Edilidade lisboeta, o dirigente da ADFA, reconheceria a boa vontade e o esforço que naquela casa têm sido desenvolvidos no sentido de se encontrar um solução digna para o problema da Sede, referindo nomeadamente, a confiança no eng.º Nuno Abecasis, pelo que a prova agora dada apenas correspondia ao que se poderia esperar e reafirmando, para terminar, a vontade intransigente da Associação, o firme propósito de defen-



relações entre as duas entidades, terminando:

«Nesta casa a Associação dos Deficientes das Forças Armadas sempre foi recebida como uma associação muito querida. E é por isso, também, que vou entregar ao seu Presidente um ofício onde, finalmente, se confirma onde vai ser a vossa Sede e a vossa casa. No mesmo sítio que esteve em dúvida, ao lado do Lar da Cruz Vermelha, para que possam usar os meios que já aí estão instalados. E é esta própria Câmara que irá fazer todas as diligências necessárias, junto do Estado-Maior General das Forças Armadas e junto da Cruz Vermelha, para que o Lar, que foi feito para vocês, esteja aberto para vós e à vossa disposição e serviço. E tenho a certeza que aquilo que vou pedir em vosso nome, não me será recusado.»

Entregando o ofício 46-7.º/U, dessa mesma data, a José Arruda, acrescentaria que «podem começar a fazer o vosso projecto»:

Ao agradecer a recepção e as palavras do Presi-

der, sem ceder, os direitos dos deficientes militares, esperando que o erguer da nova Sede seja o reconhecimento da Nação pelo esforço e pelo sacrifício destes seus filhos.

Dia 14 de Janeiro de 1989, Lisboa, sala «Nova Iorque» do Hotel Penta, cerca das 10 horas.

Sala repleta de entidades convidadas, amigos e congressistas. Na Mesa, o General Carlos Azeredo, Chede da Casa Militar da Presidência da República, em representação do Chefe de Estado, ladeado pelo Major Marques Júnior, Vice-Presidente da Assembleia da República, em representação do respectivo Presidente, dr. Eugénio dos Santos Ramos, Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional, General Soares Carneiro, Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e General Tomé Pinto, Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, em representação do respectivo Chefe.

Iniciaria a «Sessão de Abertura», o dr. Reis Santos, Presidente da Mesa da Assembleia-Ge-

olhar para dentro — defendendo os legítimos direitos dos seus associados — se projecte para o exterior colaborando, com o seu dinamismo associativo, na construção de uma verdadeira política nacional e global de reabilitação e reintegração.

É para isso que aqui nos reunimos. Este Congresso, estamos certos, vai atingir os seus objectivos.

Vamos lançar-nos arduamente ao trabalho nestes dois dias mas o Congresso continuará para além da sessão de encerramento de amanhã.»

Seguiu-se o Presidente da Direcção Central, José Arruda, o qual, num breve improvisado, agradeceria também a presença de todos, realçaria o papel das esposas e companheiras (aplausos), justificaria o Congresso, garantiria a vontade e determinação de justiça dos deficientes militares e, em ligação feliz à sala onde decorreriam os trabalhos, referiria que a ADFA também estava presente na cidade-sede da ONU.

O Secretário de Estado



da Defesa Nacional, também de improviso, diria do seu prazer e do seu contentamento em estar presente, falaria de deficiente, de apoios e de legislação, congratulando-se pela realização do Congresso, desejando aos Delegados frutuoso trabalho e remetendo para a intervenção do Ministro, no dia seguinte, qualquer outro tipo de declaração.

A encerrar a sessão, seria lida uma mensagem do Presidente da República, pelo Chefe da Casa Militar, manifestando «tríplice sentimento de solidariedade, de apoio e de esperança», referindo que «... nas comunidades humanas evoluídas em que o sentido cívico de serviço público, onde se inclui o exercício das Forças Armadas, está correctamente desenvolvido, recai sobre o Estado e sobre o cidadão comum a obrigação de solidariedade para com aqueles concidadãos que no decorrer de operações militares perderam algo da sua integridade física; solidariedade que

gãos executivos do Estado...», para depois deixar uma palavra de incentivo a um desejo que já o é da ADFA à tempos «... de mútuo apoio e de convivência humana que deveria alargar-se também àqueles que, ontem adversários e hoje também deficientes, igualmente se bateram pelos seus ideais na guerra de África», terminando por votos de que os trabalhos decorressem da melhor forma, estabelecendo — «as bases efectivas e pragmáticas para a melhor integração dos Deficientes das Forças Armadas na sociedade portuguesa».

Encerrada a «Sessão de Abertura», decorreriam depois as sessões normais de trabalho, do que se dá relato noutros locais, até que no...

Dia 15 de Janeiro de 1989, Lisboa, sala «Nova Iorque» do Hotel Penta, cerca das 11 e 30, se realizaria a «Sessão de Encerramento» do III Congresso, presidida pelo Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Na-

riado e da Comissão de Redacção.

Aliás, seria este último a iniciar as intervenções, lendo as «Conclusões» provisórias do Congresso.

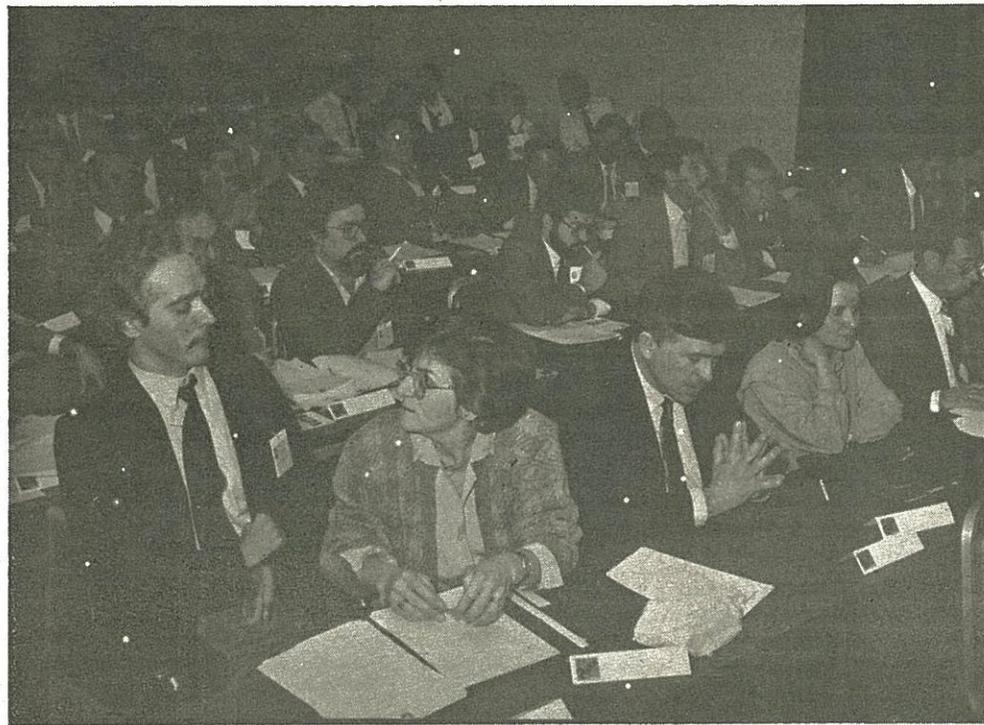
CONCLUSÕES

REABILITAÇÃO

— A A.D.F.A., assumo o conteúdo do Programa Mundial de Acção, relativo às Pessoas Deficientes, da ONU, como quadro orientador da sua acção, devendo pugnar pela sua aplicação no contexto Nacional e o seu grau de implementação deve ser avaliado periodicamente.

— As tarefas de reabilitação devem ser uma preocupação fundamental, designadamente, a reabilitação profissional, visando a integração na vida Social e Económica.

— Sensibilizar a Comunicação Social, para que dê relevo à temática da deficiência, e reserve espaço às Organizações De e Para Deficientes, a fim de que elas apresentem



deve ser claramente entendida não como favor, mas antes como uma obrigação social que se impõe a todos os povos civilizados.

Mas a solidariedade, só por si, em pouco ou nada se traduz se não for acompanhada de um apoio efectivo por parte dos ór-

cional, Eurico de Melo, ladeado pelo General Soares Carneiro, Vice-CEMGFA, General Firmo Miguel, CEME, General Amaral, representando o CEMFA e o dr. Fouto Pólvora, Secretário Nacional da Reabilitação, para além dos Presidentes da Mesa/Secreta-

publicamente os seus pontos de vista e experiências.

— A abordagem das questões da deficiência ao nível da Comunicação, deve fazer-se de forma rigorosa e séria, utilizando uma linguagem correcta, expurgada dos tradicionais conceitos associados

à deficiência, cabendo aos Jornalistas, Escritores e Professores uma responsabilidade acrescida na pedagogia da utilização de uma linguagem que encare com normalidade, a deficiência e as pessoas com deficiência.

— Necessário sensibilizar a Sociedade e as Instituições, especialmente a família; esclarecer e motivar a pessoa e as suas organizações para as potencialidades da pessoa deficiente, denunciando as atitudes características da concepção tradicional da pessoa deficiente: Rejeição, Conformismo, Compaixão e Protecção.

— Lutar para o acesso ao emprego das pessoas deficientes, visando criar iguais oportunidades no mercado de trabalho, tanto nas zonas rurais como

- damente os seus interesses e direitos;
- direito a todas as ajudas técnicas necessárias;
- serviços qualificados e adequados ao nível da reabilitação médica, funcional e psico-social;
- possibilidades de desenvolver trabalho social útil;
- condições de acesso aos meios de educação, cultura, desporto e lazer.

• A resolução completa e adequada dos problemas dos deficientes militares deve constituir para a sociedade portuguesa um imperativo nacional.

MOVIMENTO ASSOCIATIVO

— Participação activa em movimento associativo de âmbito nacional que assente nos conceitos

- função social — apoio aos sócios
- função reivindicativa
- função de reabilitação e integração dos Deficientes em geral.

— Trabalhar para a celebração dos acordos que permitam a implementação plena e definitiva do Centro de Reabilitação e Formação Profissional.

— A A.D.F.A. deve pugnar pela utilização das estruturas existentes no Lar Militar, a fim de os deficientes residentes fora das grandes cidades, possam ser submetidos a exames clínicos periódicos, pois alguns deficientes e no futuro cada vez mais deficientes necessitarão de apoio nas suas deslocações.

— Criar Centros geriátricos de dia com apoio ao indivíduo, à família e na sua Comunidade.

— Levantamento das necessidades e expectativas de natureza social mais sentidas pelos sócios de forma a equacioná-las e a encontrar soluções dignas.

— Elaborar um plano de desenvolvimento financeiro, a médio e longo prazo, diversificando as fontes de receita.

— Nas relações externas, a A.D.F.A. deverá continuar a pautar a sua actuação por um rigoroso, apartidarismo, abrindo a todos os níveis ligações com as associações congéneres, forças políticas, partidárias e incentivar relações com os poderes autárquicos.

— No relacionamento com o Governo, nomeadamente, com o Ministério da Defesa Nacional, privilegiar-se-á um diálogo sério e aberto.

— Deverá proceder-se a uma revisão estatutária até à Assembleia Geral Nacional Ordinária de 1990, visando aligeirar a actual estrutura do Conselho Nacional, encontrar outro estatuto para a Direcção Central da A.D.F.A. e rever a implantação a nível regional.

A A.D.F.A. deve assumir cabalmente e em toda a dimensão os seus objectivos, consagrados no Artigo 4.º dos estatutos.

Tal signifique assumir-se como órgão de pressão e de complemento do Estado em áreas onde as respostas se revelam inadequadas, insuficientes ou inexistentes.

Para além do aperfeiçoamento dos programas e actividades já existentes, a A.D.F.A. deve promover novas respostas que sirvam lacunas e insuficiências no apoio prestado, em articulação com os serviços públicos responsáveis.

• A participação qualificada da A.D.F.A. nos órgãos e espaços de definição da política nacional de reabilitação deve constituir um dos seus objectivos fundamentais.

• Todo o trabalho da A.D.F.A. deverá ser estruturado numa perspectiva aberta e fraterna disponibilizando sempre que possível os seus recursos e serviços a todos que deles possam beneficiar.

DINAMIZAÇÃO DA A.D.F.A.

— Sensibilizar a instituição militar de que cada indivíduo é um potencial candidato a D.F.A., mesmo em tempo de paz.

— Sensibilizar a Nação e seus governantes para o reconhecimento da dignidade merecida pelos deficientes militares, exigindo o acesso efectivo a todos os direitos que lhes assistem e adoptando-se uma postura de diálogo firme e aberto.

— A A.D.F.A. deve estruturar-se orgânica e funcionalmente prioritariamente pela formação de quadros técnicos e associativos, e serviços com meios capazes.

— Promoção da angariação de novos sócios, tendo como alvo preferencial os militares que se vão deficientando ao serviço das Forças Armadas.

— Realização anual de uma ou duas acções de dinamização, com o empenhamento de todas as estruturas, que se constituam em referenciais do dinamismo da A.D.F.A.

— Deve rever-se a liga-

compensação que lhes é devida.

• A A.D.F.A. deverá reestruturar-se em termos organizativos de molde a obter os mais elevados níveis de sucesso e eficácia.

• A sua organização deve conciliar o carácter nacional com as dinâmicas e aspirações regionais, concebendo um modelo que assente em torno de três eixos estruturais: a dimensão nacional, regional e local.

• Para cumprimento qualificado dos seus objectivos deve a A.D.F.A. munir-se dos competentes recursos humanos que assegurem a gestão dos serviços e a execução das tarefas sob a direcção dos órgãos associativos.

• Deve ainda democratizar-se a participação nos órgãos sociais, abrindo a participação a um leque mais vasto de sócios, para o que importa desenvolver esforços ao nível da mobilização e formação de quadros associativos.

FINANCIAMENTOS

— Reivindicar a continuação e a actualização do auxílio financeiro prestado pelo Ministério da Defesa Nacional, merecendo no momento especial atenção a construção da Nova Sede.

— A A.D.F.A. deve defender permanentemente a atribuição regular do subsídio governamental, destina-



— Deve ser incentivada a criação de cursos para deficientes já adultos, e de centros de formação especial, próximos do ambiente familiar.

— Deve a A.D.F.A. assumir-se como uma organização exigente na reivindicação, qualificada nos serviços que presta, activa e responsável na participação nas sedes de decisão da política de reabilitação.

Seguiu-se no uso da palavra o *Secretário Nacional de Reabilitação*, profundo conhecedor dos problemas da A.D.F.A. e lutador comum na defesa dos interesses dos deficientes, transcrevendo-se do seu discurso:

«Na evolução recente da reabilitação em Portugal cabe uma referência específica ao papel decisivo desenvolvido pelas Associações De e Para pessoas com deficiência, nomeadamente pela A.D.F.A., cuja realização deste III Congresso, ora em fase de encerramento, aqui saudamos.

Não circunscrevendo a sua actuação apenas à reivindicação dos direitos das pessoas com deficiência, parti-



urbanas, devendo o Estado dar o exemplo, promovendo o emprego de pessoas deficientes no sector público.

— Colaborar com o Estado no Estabelecimento de objectivos e programas, visando uma Terceira Idade socialmente aceite, integrada e humana, como fase da vida ainda activa e agradável.

— Implementação, no campo da Reabilitação e Reintegração sociais, de acções, prioritariamente subordinadas ao princípio da investigação e documentação que permitam uma intervenção activa, competente e determinante na definição da política Nacional de Reabilitação.

• A A.D.F.A. entende o processo de reabilitação como um processo global contínuo e coerente, pluridisciplinar e integrado, visando apoiar de forma permanente e continuada a plena integração social.

• A plena integração social significa a existência de condições que assegurem uma efectiva igualdade de oportunidades e o direito à realização como Pessoa, através da participação na vida social e económica.

• A plena integração social dos deficientes militares pressupõe assim:

- direito a um enquadramento jurídico que consagre devi-

actuais de reabilitação e integração, capaz de dar resposta aos anseios dos Deficientes em geral.

— A A.D.F.A. preconiza para o Secretariado Nacional de Reabilitação, maior dinamismo e poder interventivo junto de todos os outros departamentos ministeriais e vai desenvolver esforços para que o S.N.R volte à dependência directa do Primeiro-Ministro.

— A A.D.F.A. deve lutar pelo incremento do apoio governamental às Organizações De e Para Deficientes.

— Fortalecer a cooperação internacional na permuta de informação.

— O contributo das esposas dos Deficientes Militares é decisivo na reabilitação e reintegração social destes, pelo que estas devem ser chamadas a participar na vida associativa tanto a nível nacional como internacional.

— A A.D.F.A. deve reforçar a sua participação no interior da F.M.A.C e diversificar as relações internacionais.

OBJECTIVOS DA A.D.F.A.

— A A.D.F.A. deve dinamizar-se no sentido de se adequar ao tempo e às circunstâncias.

— A vida associativa deverá a ter sempre presente os três princípios basilares que presidiram à génese da Associação:



ção orgânica de todas as estruturas associativas, que permita uma adaptação permanente e que reflecta a todo o momento, a dinâmica associativa local.

— Criação de um Gabinete para as relações internacionais, a funcionar junto e sob a orientação da direcção central. Para além do relacionamento com a F.M.A.C, os contactos internacionais deverão estender-se à R.I., aos PALOPS e ao Movimento de Antigos Combatentes extra europeus.

— É imperiosa a dinamização associativa, colocando como prioritário a reivindicação legislativa, designadamente em relação aos Deficientes militares que não se encontram abrangidos pela

do a custear os serviços prestados pela Associação à população deficiente e em particular aos Deficientes das Forças Armadas.

LEGISLAÇÃO

— Reivindicar a cessação de discriminação existente ao nível dos deficientes militares.

— Incumbida a Direcção Central de nomear uma Comissão de Trabalho encarregada de elaborar o Estatuto do Deficiente Militar, que englobará toda a legislação relativa a Deficientes Militares.

— Abolir os termos deficientes «em serviço» e «em campanha», sendo substituídos, bem como a legislação correspondente, apenas por deficiente militar.

— Recomenda-se a criação de uma «Comissão para os Direitos da Pessoa Deficiente» na Assembleia da República.

cularmente das que se deficientaram em resultado do cumprimento do serviço militar, nem se refugiando na defesa de teses miserabilistas da deficiência, a A.D.F.A. tem sabido alargar o seu âmbito de intervenção à prestação de importantes serviços em várias áreas, com saliência para as da saúde, educação recorrente, reabilitação profissional, cultura, desporto, recreação e informação.

É-nos grato também sublinhar que a A.D.F.A., conjuntamente com outras Associações, esteve desde sempre ligada à criação do SNR e à actividade subsequente por este desenvolvida.

É de realçar, igualmente, o papel activo, estabilizador e estruturante no arranque e prosseguimento da presente fase da vida do CNR.

O III Congresso da A.D.F.A. foi forum apropriado para a informação, o debate e o aprofundamento



de ideias e experiências, ocorrendo numa sociedade em acelerado processo de mudança, ao qual não tem escapado a problemática da reabilitação.

«A encerrar a sessão, e também o III Congresso da A.D.F.A., falaria o Ministro da Defesa, Eurico de Melo, que após referir o programa governamental quanto a deficientes e as últimas medidas tomadas, acrescentaria, terminando:

«O Ministério da Defesa Nacional tem vindo a seguir com todo o interesse os problemas concretos dos deficientes das Forças Armadas e tomou já algumas medidas e tem outras em estudo, que referirei de forma breve.

Em primeiro lugar, e para que possa haver um interlocutor competente ao nível da administração central do Estado, foram dadas atribuições, nesta área, à recém-criada Direcção-Geral de Pessoal e Infra-Estruturas.

O diploma que regulará este serviço a ser submetido brevemente à aprovação do Governo, prevê um departamento específico — a Divisão de Estudos de Segurança Social — para acompanhar e propor medidas no âmbito da política de reabilitação e reintegração dos deficientes militares.

Por outro lado, e tendo em vista disponibilizar, nas melhores condições, instalações de recuperação e exercícios físicos, o Ministério da Defesa Nacional tem patrocinado os trabalhos de preparação de um protocolo que defina os termos da utilização preferencial, por parte da A.D.F.A., das instalações do Lar Militar. Com a aprovação, que se prevê ainda para o corrente mês, do

regulamento do Lar, tal protocolo poderá vir a ser assinado já em Fevereiro.

Na sequência de propostas apresentadas pela A.D.F.A., têm vindo a ser estudadas, alterações legislativas que visam melhorar e clarificar alguns aspectos do enquadramento estatutário dos deficientes militares. Trata-se de assunto complexo, pelas suas consequências, já que, havendo medidas específicas do DFA'S, a verdade é que outras são de aplicação genérica a todos os deficientes. Também aqui, porém, é previsível que os projectos finais possam vir a ser submetidos à apreciação do Executivo dentro em breve.

O Governo, através do Ministério da Defesa Nacional, tem vindo a apoiar de forma permanente a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, mediante a atribuição de um subsídio anual. Para 1989, tal subsídio atinge o montante de trinta mil contos, correspondendo a uma actualização um pouco superior a 7%.

Pontualmente, porém, e em face, por um lado, das suas disponibilidades e, por outro, das necessidades concretas da Associação, têm sido considerados apoios específicos. Foi assim que, para os primeiros encargos com o projecto e arranque da construção da futura Sede administrativa da A.D.F.A., o Ministério da Defesa Nacional atribuiu, em finais de 1987, um subsídio extraordinário de 10 mil contos.

É com o maior prazer que posso anunciar hoje que, com o mesmo objectivo, acaba de ser atribuído novo subsídio, do mesmo montante.»

tudo a correr bem e em termos de Congresso julgo que é o que agora tem melhores perspectivas de bons frutos. Esperemos que daqui saiam grandes linhas.

??? (Ponta Delgada): é notório o bom clima e esperamos que dê os frutos respectivos, para o progresso da ADFA.

Em relação aos Açores, o principal objectivo será a construção da nova Sede, em S. Miguel, de forma a melhor dinamizármos esta e as outras ilhas. Sobre os apoios, esperávamos mais das Câmaras, enquanto que as autoridades militares têm correspondido, até certo ponto, de forma positiva. Em questão de viagens inter-ilhas, a SATA, que é a companhia que aqui opera, contribui com 50 %, não só para as nos-

pode constituir uma boa oportunidade para que os deficientes das Forças Armadas, que até aqui têm sido considerados à margem da sociedade, possam vir a reivindicar justiça nos direitos que lhes assistem, pelo contributo que deram longos anos. Embora ainda na fase inicial, parece haver uma certa linha de concordância, estando as pessoas conscientes de que só através de uma unanimidade, sem quaisquer radicalismos, se poderá chegar a um consenso.

SEGUNDO DIA,

LOGO DE MANHÃ

Chiu Arruda: acompanhar um congressista acho que é um trabalho muito importante e prin-

movimento, de muitos pensamentos. Foi um ano de trabalho, aliás, foram vários anos de muito trabalho a pensar neste momento, nestes dois dias. Se se sente recompensado? De alguma forma sim. Veremos depois as conclusões.

Sá Flores (Lisboa): acho que o Congresso está a ser bom, está a ser bastante participado. Nota-se de algum modo um espírito diferente, quer pela própria implantação da sala, quer pela maneira como todos os delegados convivem uns com os outros, o que é muito salutar. A abordagem dos temas está a ser feita com convicção e as próprias divergências, que de algum modo ainda subsistem, na maneira como entender a ADFA, apresentadas de forma viva, são no sentido de sempre a engrandecerem.

Sobre associativismo, acho que na ADFA há uma grande falta de militância, talvez pelo facto de haver muitos sócios sem verem os seus problemas resolvidos, levando esse descontentamento a algumas pessoas, não a desistirem, mas a afastarem-se um bocadinho. E acho que era muito importante, e já foi falado aqui neste Congresso, levar esses sócios a participarem mais. A ADFA passa muito por eles, porque o eles afastarem-se contribui ainda mais para a enfraquecer. E se pensarem bem, esse afastamento não leva à resolução dos seus problemas.

Direcção Central com prioridades sobre legislação respeitante a grandes deficientes, deficientes em serviço e sem qualquer pensão. São três grandes faixas em que há grande insatisfação. São precisamente aqueles que no princípio da ADFA se empenharam muito e que há quinze anos estão a aguardar a resolução desses problemas. Mas realmente o afastamento dessas pessoas só vem dificultar ainda mais a sua resolução, pelo próprio enfraquecimento da Associação.

As meninas da recepção/secretaria: dificuldades não têm havido de maior e queixas, mais tipo reparo, sobre alimentação e falta de assistência à sala dos trabalhos, mas sobre este ponto, foi o COC que deu instruções para o pessoal do hotel não entrar aí. Quanto a problemas sobre as instalações também não têm havido, sendo a assistência aos grandes deficientes assegurada quer pelos acompanhantes, quer pelo nosso pessoal e por outros congressistas.

Com respeito à Comunicação Social, aqui directamente, poucos pedidos de informação têm sido feitos.

AGUARDANDO A SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Lopes Dias (Lisboa): considero que o III Congresso da ADFA foi uma grande viragem na nossa associação. A maneira, para já, como o Congresso foi preparado e depois

À margem...

Ao longo do decorrer dos trabalhos do III Congresso, embora de uma forma não sistemática e sem qualquer planeamento prévio, mas apenas ao sabor do momento e de quem estava mais «à mão», ELO foi ouvindo, aqui e ali, este ou aquele congressista, este ou aquele interveniente não directo, falando não só deste acontecimento, como também das Delegações. Aqui ficam esses «apanhados».

LOGO NA PRIMEIRA MANHÃ

Sarmento Coelho (Lisboa): acho que nos temos

que sentir bem pela presença, na Sessão de Abertura, das diversas personalidades que vieram cá, não só as que estiveram na Mesa mas também as entre os outros convidados, nomeadamente as instituições militares dos diversos ramos que se fizeram representar, algumas até mesmo pelos respectivos Directores de Pessoal. Para além dessas, também o corpo diplomático, o que na realidade diz bem do impacto que a ADFA está a ter a nível nacional.

José Viveiros (Ponta Delgada): Penso que está



deslocações «oficiais» como para qualquer viagem de sócios da Associação. Em relação à Força Aérea, nunca tivemos necessidade de recorrer aos seus serviços.

PRINCÍPIO DA TARDE

Silva Balonas (Castelo Branco): Este Congresso

principalmente levanta a moral dos grandes deficientes. A esposa deve ser a verdadeira companheira, principalmente do grande deficiente. É nestas tarefas que nos devemos empenhar. Como é que está o meu marido? Extremamente cansado, porque isto são dois dias de muito

Pelo contrário, eles afastando-se criam maiores dificuldades para que a ADFA possa reivindicar a resolução desse problema, como é o caso, por exemplo, dos grandes deficientes. Já aqui foram aprovadas propostas sobre essa matéria, o Congresso está a mandar a

como decorreu e a maneira como os congressistas se movimentaram e participaram, tudo foi muito digno. Os trabalhos, à partida, quanto a mim, ainda não teriam aquela qualidade que nós desejaríamos, mas pronto, o Mundo não acabou hoje, mas apesar disso penso

que se fez um esforço para enriquecer a discussão no Congresso, e conseguiu-se. Houve ideias diferentes, e é benéfico que as haja, porque mostra que a ADFA é uma organização muito viva, que mantém ainda grande força de discussão e se alguns delegados, como me chegaram afirmar, pensavam que ia ser tudo muito fácil, que era chegar aprovar tudo, assim não foi, porque na casa as questões são frontalmente discutidas, e isso provou-se aqui. No fundo, as ideias diferentes não são incompatíveis, nem põem em causa o funcionamento da Associação e a congregação de todos. Nomeadamente a tese que foi aprovada, da sub-comissão de Lisboa, penso que é uma tese mais preocupada com a estrutura ADFA que queremos para responder aos desafios, como é que vamos montar toda uma organização para continuar a participar a nível nacional e internacional. E depois houve esta tese hoje de manhã, a ADFA perante os novos desafios, que foi aprovada por aclamação, e que é um complemento daquela, melhor, complementam-se uma à outra. Para mim foi importante, para mim as duas partes principais do Congresso são estas duas teses. De facto, como disse, a outra, a da sub-comissão de Lisboa, que se preocupa com a ADFA enquanto estrutura, no fundo a nossa arma, que precisamos de ter bem oleada e funcional, e depois esta de facto a tese mais voltada para a reabilitação. No fundo, aprovámos aquilo que vamos fazer com a máquina que pretendemos oleada. Ficou marcado um caminho, a preocupação de termos, realmente, uma estrutura, vamos lá, um instrumento que é a ADFA e de termos um objectivo, que é esta tese aprovada hoje.

No fim queria realçar o são convívio que aqui se viveu. Não houve aquelas ofensas pessoais como no passado. Houve dignidade na aceitação da diferença e por tudo isto foi um marco muito positivo para nós. E outra coisa que queria salientar, das mais importantes, foi a capacidade que tivemos de juntar sócios que até estavam afastados da Associação.

Por exemplo, nomeadamente ao nível de Lisboa, Lisboa que trouxe aqui 62 congressistas, que é um número bastante considerável, conseguiu-se juntar sócios que da ADFA têm diferentes perspectivas e julgo que a partir de agora é possível contarmos com um conjunto de pessoas à volta deste grupo, que parece que estão motivados, agora com maior capacidade para discutir os temas e conseguir encontrar, ape-

sar das ideias divergentes, linhas comuns, consensos, para poder avançar aos poucos e ir ganhando a guerra através de várias batalhas.

Manuel Joaquim Morais (Bragança): acho que o Congresso decorreu, sinceramente, num ambiente familiar sem inter-



venções despropositadas. Penso que se atingiram os objectivos que pretendiam as teses, numa sã camaradagem, não haja dúvida.

Olímpio Ferreira (Bragança): gostaria de dizer que, efectivamente, me congratulo com a forma como decorreu o Congresso. Valeu a pena, notou-se uma maior maturidade, uma maior civismo, mais sentido de responsabilidade por parte dos congressistas. Penso que saiu mais rica a ADFA, em todos os sentidos.

No respeitante a Bragança, penso que os delegados saem daqui com mais incentivo para criar nova dinâmica, essencialmente de apoio ao sócio mais distante, que está a dezenas, por vezes quase a centena e meia de quilómetros. Para ele vai neste momento, o nosso pensamento, e vamos dar o melhor esforço para que um apoio, agora que a idade vai subindo, para que esse apoio seja mais real.

Mensagem através do ELO, para todos os mais deficientes, a de que os que cá estiveram, comportaram-se correctamente e representaram-nos bem, pensando neles e na própria Associação. Para o ELO, os nosos parabéns por tudo o que tem feito, e pelo esforço que tem dado em prol da ADFA. Que continue esse caminho, porque é através dele a única possibilidade de «falas» que todos os sócios têm, mas mais especialmente os residentes na zona de Bragança, zona onde tantas vezes não pode chegar

uma mensagem pessoal, onde não há contacto e onde o único recado possível, e muito de perto, é através do ELO. Que o ELO não os esqueça.

Teixeira Gil (Evora): acho que os deficientes ainda têm aquilo que se chama «complexo de Edi-

uns gajos bestiais e normais.

Mensagem de Évora, é que nos visitem, nos contactem e que, realmente, os deficientes, em geral, não esmoreçam, mesmo os que não fizeram foi porque mais não puderam e talvez até nem fosse preciso.

a terem que as cumprir. Aqui, o grande problema do nosso País, e não só da ADFA, é a dificuldade em levar à prática o que se resolve em teoria. Espero com sinceridade que efectivamente, para bem de todos os deficientes e por imperativo de justiça moral, os órgãos compe-

blema que tem de ser encarado, e a delegação de Faro foi muito clara neste aspecto, no sentido de se opor à diferenciação, na medida em que qualquer associação, os seus dirigentes, não têm, de facto, que discernir se as posições dos seus associados são as mais correctas ou as menos correctas, tem é que, na realidade, assumir essas posições. E depois haja alguém então, que as equacione! Daí o princípio que nós defendemos, que há um grande coro de protestos relativamente a pessoas que são vítimas de injustiças, sendo a génese que esteve na criação da ADFA o acabar com essas situações. Reafirmando aquilo que dissémos, que a ADFA em abstracto não é nada, é uma sigla, a ADFA é aquilo que nós todos soubermos ser, não haverá que dramatizar muito as situações, não devendo a diferença de opiniões ser sinónimo de quebra de unidade. O que espero sinceramente, e porque em dado momento fui crítico de certas posições, sendo agora o primeiro a dizê-lo, é que essa diferença de opiniões não divida agora a ADFA e que todas sejam escutadas e respeitadas.

José Amaral (Coimbra): penso que este Congresso é, de facto, um congresso com características muito especiais. Desde logo porque comparando-o com o de 1981, onde o ambiente vivido era necessariamente outro, como também eram diversas, a todos os níveis, as condições reinantes, parece-me que este marca, realmente, o reencontro de todos os defi-

po». Estou convencido de que se ultrapassassem esse complexo, a dinamização era maior. Infelizmente o espaço geográfico é muito grande, a falta de contacto uns com os outros e a pobreza de meios que temos, não nos permite uma maior dinamização e um maior esclarecimento, quer junto das populações quer junto do próprio Governo, que só em alturas como esta é que se lembra que a guerra colonial, na realidade, deixou muitos traumas, traumas que só daqui a muito tempo deixam de aparecer.

Agora, acho que foi positivo, como sempre são positivos os congressos, as trocas de impressões, apesar de diferença de opinião. Mas acho que sim, que foi positivo, extraordinariamente salutar foi uma ideia brilhante termos ficado aqui no hotel, porque não apetecia sair muito, porque era acolhedor, o que nos proporcionou tempo para conversar fora do Congresso. Não há dúvida nenhuma que o calor humano que sentimos uns para com os outros, já que a Comunicação Social não liga muito à gente, foi muito positivo e enfim, o indivíduo sente-se com um bocadinho mais de coragem e força, e porque o deficiente é sempre um «bicho raro», chamemo-lhe assim, aqui, entre todos, sentimo-nos como numa cidade em que ninguém parecia não ter uma vista, não ter um braço ou uma perna, não andar em cadeira de rodas. Até parecia que éramos todos

João Villa-Lobos Vieira (Lisboa): o Congresso é a prova que aquilo que une os deficientes das Forças Armadas é, seguramente, mais forte do que aquilo que os separa e que a solidariedade activa que desenvolvem vai conduzir, seguramente, a ADFA à resolução dos problemas mais graves que afectam todos os deficientes militares.

tentes tenham ouvidos bem abertos para aquilo que nós aqui decidimos. Espero que assim aconteça.

Como mensagem de Faro, fraternidade e que de facto vamos em frente. Penso que é o mais importante.

Esperanças, é que, efectivamente, se vão acabando progressivamente com certas barreiras,



José Santos Morte (Faro): penso que foi interessante, como são todos os congressos onde se decidem certas coisas depois vinculam as pessoais

ras, como aqui foi bem assente e patente, contrariando um certo clima de paz pôdre quando se trata das questões do estatuto diferenciado. É um pro-

cientos militares. Acho que o que aqui se passou foi uma autêntica lição de unidade, embora, obviamente, houvesse discussão, às vezes, por mo-

mentos, alguma críspação, e ainda bem, mas o que ressalta fundamentalmente é uma enormíssima lição de unidade. Essa é que me parece que é importante levar lá fora, para além da definição de algumas opções. Eu penso que se fechou com chave de ouro. Esta tese do Jerónimo é, de facto, um tratado, um abrir de caminhos inovadores, perspectivas novas, uma linguagem também nova e representa a afirmação de enorme capacidade que existe em muitos de nós. E, realmente, em minha opinião, o culminar, o «happy end» deste III Congressp. É claro que há aqui outros aspectos e as opiniões dividiram-se. É natural, é a coisa mais natural do mundo. Enfim, temos as nossas opiniões, eu pessoalmente descordei de algumas tomadas de posição, mas aceito-as, embora meras recomendações que agora têm que levar tratamento que as estruturas associativas impõem.

Mas o que é impressionante para mim, comente até, porque estive em 81 vivia-se então um ambiente de grande divergência, e a divergência até pode ser salutar, mas o pior é que havia intransigência, havia violência verbal, e isso está ultrapassado. Também somos mais velhos, concerteza que aquela tese que veio de Coimbra, do José Maia, da terceira idade, é

sociação. Os pontos de vista de cada um foram analisados numa perspectiva diferente de outros tempos, em que havia guerrinhas» internas. Penso que neste Congres-

tes, quer no aspecto económico quer no humano. Foi aqui aprovada uma proposta em relação a apoio e visitas aos sócios, mas Coimbra já está a fazer isso, embora com-

nante, mas penso que a sensibilização do sócio no aspecto cultural e social é muito importante e esse papel cabe à ADFA. Não vamos agora pôr os sócios a estudar aos 40 ou aos 50

tinente, esperando quinze ou vinte dias por uma rectificação de aparelho, com problemas para a família, com custas para o próprio Estado, e não só, ficando dependente de

Queremos ainda dizer que a ADFA tem grande expressão nas regiões autónomas, assim como sentimos que a Madeira tem aceitação a nível de órgãos centrais e até das Delegações, o que muito nos orgulha. Nós enviamos da Madeira uma saudação muito expressiva, muito sensível, e que estes encontros, estas reuniões se estendam às ilhas para que os associados possam transmitir e sentir integralmente aquilo que nós somos.

Abel Santos Fortuna (Porto): o Congresso da Associação dos Deficientes das Forças Armadas juntou os representantes de todas as Delegações e da Sede, possibilitando a reafirmação de algumas das teses já apresentadas em 81. Congratulo-me com esse facto, já que significa que continuamos a privilegiar dentro da nossa Associação, a reabilitação e a reintegração social dos deficientes militares.

Como mensagem do Porto, deseja-se que deste III Congresso nacional resultem as conclusões extraídas e que elas possam, de algum modo, impulsionar a que, no futuro, as intenções que estiverem subjacentes, resultem de facto. A maioria apontou numa determinada direcção, o que esperamos seja proveitoso, podendo vir, mais tarde, a concluir-se que foi um bom congresso, o que significará um avanço qualitativo na vida da Associação.



so se defendeu, essencialmente, a ADFA no seu todo. E aí, julgo, residiu a sua grande vitória.

Quanto a Coimbra, continua o seu trabalho virado, muito especialmente, para a defesa dos direitos dos sócios, mas também chamando-lhes a

grande sacrifício, visto não termos uma carrinha, que muita falta nos faz, andando nos nossos carros. É um assunto que certamente vai ser discutido no Conselho Nacional e acho que é prioritário dar possibilidade à Dele-

anos, mas, pelo menos, cultivá-los culturalmente, e a cultura não é só estudar, saber ler ou escrever, é muito mais do que isso, e este ponto pode ser uma base para que a ADFA se mantenha forte e unida, caminhando a passos largos para a chamada reintegração europeia. Penso que é importante e penso que a ADFA pode dar um grande contributo para a integração na Europa comunitária.

NO ÚLTIMO ALMOÇO

José João Macedo (Funchal): efectivamente o Congresso atingiu os seus objectivos, embora a Mesa, de início, não conseguisse controlar a Ordem de Trabalhos. Mas importante é que o problema, a temática que já se vinha arrastando sobre deficientes em serviço e deficientes em campanha, foi discutida e assumida. Para além disso, conseguiu-se também uma boa imagem e receptividade para as teses apresentadas. A própria Mesa teve responsabilidades na diferente aceitação que a ADFA agora terá.

Sobre a Madeira, a par de outras Delegações, também tem os seus problemas, aqui inseridos num condicionalismo específico. Daí que um dos seus grandes objectivos seja a implantação de uma oficina de próteses, de alguma forma em acordo com o projecto aceite no Congresso, a fim de que nenhum deficiente, quer militar quer civil, se tenha de deslocar ao con-

terceiros. Aliás esta é uma aspiração que já vem desde 1985, e pensamos que o Governo Regional poderá dar o terreno, tendo nós que contribuir, ou negociar, a maquinaria e outro material técnico, dado que os custos poderiam ser compensados com a prestação de serviços na área civil.



pertinente, muito pertinente.

A mensagem de Coimbra é que espera que os associados observem atentamente os trabalhos que o Congresso produziu e que cada um saiba levar à prática as respectivas decisões. Que isto seja, de facto, um motor de arranque para uma Associação em novos moldes, como diz o Jerónimo Sousa na tese dele.

José Maia (Coimbra): já foi dito que tudo correu, realmente, muito bem, foi um Congresso diferente, talvez devido à maior maturidade dos associados e da própria As-

atenção para as suas obrigações. Neste caso, e isso também já aqui foi dito, repara-se, em todo o País, que são sempre as mesmas caras. Coimbra tem feito algum esforço para que sejam os sócios novos a integrarem os corpos gerentes da ADFA, na Delegação, e penso que o temos conseguido, embora seja necessário sensibilizar mais os associados para esta perspectiva. Também internamente, dois trabalhadores é manifestamente pouco para o que há a fazer, embora julgue que vamos cumprindo, superando as grandes carências existen-

gação ter transporte próprio, para que, realmente, se possa dar apoio ao sócio, no domicílio. Nós, na zona de Coimbra, temos problemas muito graves e já aqui ouvi falar de suicídios, conosco também já sucedeu e acho que a ADFA, de uma vez por todas, deve forçar o Governo, melhor, fazer pressão para que o Poder sinta que, efectivamente, a Associação tem um papel muito importante no campo da reabilitação. A pensão não é tudo, como a gente sabe. O dinheiro faz falta, o aspecto económico pode parecer domi-



NA HORA DA DESPEDIDA

António Reis Santos (Pr. MAG): O Congresso foi um êxito! O Congresso vai continuar! A partir de agora é que nós vamos fazer o nosso Congresso, porque é com obras, é com realizações, é com a execução dos objectivos que nós nos realizamos!

III Congresso Nacional da ADFA